

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	18
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	165
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	167
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	168

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	5.502
Preferenciais	5.502
Total	11.004

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.296.137.582	1.257.503.819
1.01	Ativo Circulante	597.732.293	875.515.247
1.01.01	Disponibilidades	8.073.907	7.531.433
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	101.581.383	211.998.062
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	131.163.854	290.334.590
1.01.06	Operações de Crédito	356.913.149	365.651.162
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	654.822.126	339.447.088
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	159.967.342	0
1.02.01.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	159.967.342	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	165.976.455	66.900.269
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	118.524.312	0
1.02.02.02	Derivativos	47.452.143	66.900.269
1.02.03	Relações Interfinanceiras	51.732.969	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	51.732.969	0
1.02.04	Relações Interdependências	94.381.281	84.955.411
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-36.946.466	-38.081.943
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	131.327.747	123.037.354
1.02.07	Outros Créditos	64.842.857	187.591.408
1.02.08	Outros Valores e Bens	117.921.222	0
1.03	Ativo Permanente	43.583.163	42.541.484
1.03.01	Investimentos	31.126.996	30.703.449
1.03.01.02	Participações em Controladas	31.035.244	30.611.957
1.03.01.04	Outros Investimentos	91.752	91.492
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.863.929	4.080.967
1.03.04	Intangível	7.592.238	7.757.068

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.296.137.582	1.257.503.819
2.01	Passivo Circulante	37.868.475	96.066.808
2.01.09	Outras Obrigações	37.868.475	96.066.808
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.159.537.290	1.066.245.245
2.02.01	Depósitos	506.850.944	491.380.199
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	187.203.164	170.173.383
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	189.144.603	196.136.536
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	115.609.778	102.551.649
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	9.712.274	10.742.445
2.02.09	Outras Obrigações	151.016.527	95.261.033
2.05	Patrimônio Líquido	98.731.817	95.191.766
2.05.01	Capital Social Realizado	65.000.000	65.000.000
2.05.02	Reservas de Capital	580.627	643.142
2.05.04	Reservas de Lucro	38.424.908	34.811.353
2.05.04.01	Legal	38.916.048	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	34.811.353
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-491.140	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.273.718	-5.262.729
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-5.273.718	-5.262.729

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	39.597.116	78.587.585	37.293.111	72.860.949
3.01.01	Operações de Crédito	18.300.706	36.913.356	18.915.996	36.723.542
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17.219.627	33.665.033	16.408.322	30.228.175
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.086.957	-80.108	-1.940.697	-3.543.269
3.01.04	Variações Cambiais Líquidas	178.454	2.445.476	1.238.149	4.360.059
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.811.372	5.643.828	2.671.341	5.092.442
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-33.094.582	-64.478.333	-31.646.002	-59.940.070
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-26.491.216	-51.263.093	-24.252.718	-45.938.681
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-646.639	-2.260.417	-1.542.223	-2.935.973
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-91.128	-73.467	-42.680	-64.210
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-5.865.599	-10.881.356	-5.808.381	-11.001.206
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	6.502.534	14.109.252	5.647.109	12.920.879
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.951.956	-6.110.345	-2.266.815	-5.501.689
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	4.760.839	9.475.459	4.465.746	8.856.208
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.779.800	-3.390.813	-1.688.690	-3.374.337
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-3.939.087	-7.844.931	-3.769.095	-7.473.611
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.028.726	-2.184.312	-1.070.840	-2.261.029
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	3.449.719	4.731.259	0	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-5.655.743	-9.711.629	-2.111.772	-4.979.877
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.240.842	2.814.622	1.907.836	3.730.957
3.05	Resultado Operacional	3.550.578	7.998.907	3.380.294	7.419.190
3.06	Resultado Não Operacional	12.943	-9.977	0	0
3.06.01	Receitas	12.943	0	0	0
3.06.02	Despesas	0	-9.977	0	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	3.563.521	7.988.930	3.380.294	7.419.190
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-110.036	-298.606	-83.705	-108.303
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-110.036	-242.109	-24.561	-40.731

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	0	-56.497	-59.144	-67.572
3.09	IR Diferido	575.363	718.957	659.054	946.064
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-484.186	-1.026.521	-474.354	-983.907
3.10.01	Participações	-484.186	-1.026.521	-474.354	-983.907
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	3.544.662	7.382.760	3.481.289	7.273.044

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	3.544.663	7.382.760	3.533.827	7.351.869
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-76.862	-10.990	-275.313	1.754.070
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.467.801	7.371.770	3.258.514	9.105.939

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	86.532.950	31.579.731
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.500.735	10.276.502
6.01.01.01	Lucro Líquido	7.382.760	7.351.869
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Líquido	3.117.975	2.924.633
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	76.032.215	21.303.229
6.01.02.01	Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.949.578	-18.397.989
6.01.02.02	Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.994.978	-214.413
6.01.02.03	Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	-1.830.933	-94.413
6.01.02.04	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.529.209	620.908
6.01.02.05	Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central	621.337	-3.837.960
6.01.02.06	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	-3.994.229	136.017.891
6.01.02.07	Redução (aumento) em Despesas Antecipadas	-761.696	-646.289
6.01.02.08	Redução (aumento) em Outros Ativos	7.273.861	14.956.963
6.01.02.09	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	295.038	-810.097
6.01.02.10	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-4.076.639	2.567.682
6.01.02.11	Aumento (redução) em Depósitos	15.470.745	-8.563.976
6.01.02.12	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto	17.029.781	14.561.380
6.01.02.13	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.334.568	4.744.286
6.01.02.14	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	21.123.128	-124.277.842
6.01.02.15	Aumento (redução) em Outros Passivos	16.631.331	4.720.639
6.01.02.16	Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais Correntes	-509.468	-43.541
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.906.255	909.819
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.584.118	-15.321.599
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	138	1.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.042.715	17.169.388
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.622.946	71.125.771
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129.665.661	88.295.159

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	65.000.000	643.142	0	34.811.353	0	-5.262.729	95.191.766
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	65.000.000	643.142	0	34.811.353	0	-5.262.729	95.191.766
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.382.760	0	7.382.760
5.05	Destinações	0	0	0	3.385.135	-7.369.894	0	-3.984.759
5.05.01	Dividendos	0	0	0	15.241	-4.000.000	0	-3.984.759
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	3.369.894	-3.369.894	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	55.465	0	0	0	0	55.465
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-33.582	-33.582
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-33.582	-33.582
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	228.421	-13.128	0	215.293
5.12	Outros	0	0	0	0	262	22.592	22.854
5.13	Saldo Final	65.000.000	698.607	0	38.424.909	0	-5.273.719	98.849.797

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	65.000.000	636.170	0	31.182.372	0	-6.713.523	90.105.019
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-3.248.923	1.059.000	-2.189.923
5.03	Saldo Ajustado	65.000.000	636.170	0	31.182.372	-3.248.923	-5.654.523	87.915.096
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.351.869	0	7.351.869
5.05	Destinações	0	0	0	-82.297	-2.916.318	0	-2.998.615
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.000.000	0	-3.000.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-82.297	83.682	0	1.385
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-121.875	0	161.884	0	0	40.009
5.12	Outros	0	0	0	25.510	-1.186.628	695.069	-466.049
5.13	Saldo Final	65.000.000	514.295	0	31.287.469	0	-4.959.454	91.842.310

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	72.191.341	65.814.899
7.01.01	Intermediação Financeira	76.142.109	68.500.890
7.01.02	Prestação de Serviços	9.475.459	8.856.208
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.881.356	-11.001.206
7.01.04	Outras	-2.544.871	-540.993
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas	-2.544.871	-540.993
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-52.980.141	-48.055.523
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.971.873	-5.602.939
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-117.033	-128.619
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.301.087	-2.261.763
7.03.04	Outros	-3.553.753	-3.212.557
7.04	Valor Adicionado Bruto	13.239.327	12.156.437
7.05	Retenções	-1.675.738	-1.564.406
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.675.738	-1.564.406
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.563.589	10.592.031
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.814.622	3.730.957
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.814.622	3.730.957
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.378.211	14.322.988
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	14.378.211	14.322.988
7.09.01	Pessoal	3.992.154	3.904.821
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.089.863	2.043.595
7.09.01.02	Benefícios	541.746	563.522
7.09.01.03	F.G.T.S.	201.369	183.375
7.09.01.04	Outros	159.176	1.114.329
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.805.977	2.760.032
7.09.02.01	Federais	2.383.251	2.360.108
7.09.02.02	Estaduais	194	227
7.09.02.03	Municipais	422.532	399.697
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	197.320	306.266
7.09.03.01	Aluguéis	197.320	306.266
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.000.000	7.351.869
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.000.000	3.000.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	4.351.869
7.09.05	Outros	3.382.760	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.290.558.915	1.270.029.465
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.089.594	20.232.729
1.01.01	Caixa	28.089.594	20.232.729
1.02	Ativos Financeiros	1.138.932.426	1.132.399.554
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	245.076.847	262.407.149
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	62.079.150	69.446.583
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	831.776.429	800.545.822
1.03	Tributos Diferidos	68.147.732	65.060.517
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	14.623.116	14.205.687
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	53.524.616	50.854.830
1.04	Outros Ativos	12.975.868	10.546.455
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.590.525	1.413.215
1.04.02	Ativos de Operações Descontinuadas	11.343.354	8.915.748
1.04.03	Outros	41.989	217.492
1.05	Investimentos	3.514.293	3.517.094
1.05.01	Participações em Coligadas	3.514.293	3.517.094
1.06	Imobilizado	5.737.064	5.046.133
1.06.01	Imobilizado de Uso	5.737.064	5.046.133
1.07	Intangível	33.161.938	33.226.983
1.07.01	Intangíveis	5.391.991	5.382.309
1.07.02	Goodwill	27.769.947	27.844.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.290.558.915	1.270.029.465
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	73.202.005	112.471.311
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.051.789.698	992.386.546
2.04	Provisões	13.035.819	11.804.482
2.05	Passivos Fiscais	8.884.920	9.388.832
2.06	Outros Passivos	14.553.408	17.425.150
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	129.093.065	126.553.144
2.08.01	Capital Social Realizado	65.000.000	65.000.000
2.08.02	Reservas de Capital	534.537	630.238
2.08.04	Reservas de Lucros	66.859.184	64.651.350
2.08.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	67.350.324	65.370.910
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-491.140	-719.560
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.119.055	-5.108.058
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.818.399	1.379.614

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	43.039.312	85.473.714	40.645.279	79.395.832
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	43.039.312	85.473.714	40.645.279	79.395.832
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-27.238.735	-53.563.447	-25.710.424	-49.635.245
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-27.238.735	-53.563.447	-25.710.424	-49.635.245
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	15.800.577	31.910.267	14.934.855	29.760.587
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-12.406.624	-23.806.229	-12.949.927	-23.155.791
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	6.361.134	12.731.355	4.193.651	8.405.915
3.04.02	Despesas de Pessoal	-2.780.306	-5.662.182	-2.935.794	-5.948.149
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.458.733	-4.906.917	-2.297.637	-4.530.387
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-3.623.626	-6.912.881	-205.771	-111.939
3.04.05.01	Receitas de instrumentos de patrimônio	18.145	30.843	19.381	46.388
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	6.717.115	18.271.566	1.291.497	3.787.413
3.04.05.03	Variações cambiais (líquidas)	-7.818.968	-20.336.157	-1.458.213	-3.736.831
3.04.05.04	Outras despesas operacionais (líquidas)	-2.572.194	-4.944.912	-110.797	-308.659
3.04.05.05	Res. na alien. de ativos não classif. como ativos não correntes mantidos para venda	-31.093	-12.410	28.913	40.264
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. com ativos não correntes mantidos para venda não classif. como operações	63.369	78.189	23.448	59.486
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-9.996.310	-19.271.564	-11.819.184	-21.172.654
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-659.756	-1.323.037	-621.318	-1.324.653
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-2.200.719	-3.468.397	-987.484	-2.281.881
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-7.150.162	-14.458.907	-10.123.547	-17.388.158
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	14.327	-21.223	-86.835	-177.962
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	91.217	215.960	114.808	201.423
3.04.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	91.217	215.960	114.808	201.423
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.393.953	8.104.038	1.984.928	6.604.796
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	3.004	-1.465.280
3.06.01	Corrente	0	0	-1.857.861	-4.460.617
3.06.02	Diferido	0	0	1.860.865	2.995.337

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.393.953	8.104.038	1.987.932	5.139.516
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.393.953	8.104.038	1.987.932	5.139.516
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.893.754	6.111.748	1.928.066	5.036.993
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	68.929	132.485	59.866	102.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.962.683	6.244.233	1.987.932	5.139.516
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-75.294	-10.997	866.715	1.449.623
4.02.01	Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-333.140	-563.610	2.493.668	2.272.430
4.02.02	Impostos sobre a renda	133.364	239.270	-1.064.512	-1.377.305
4.02.03	Hedges de fluxo de caixa - Ajuste ao valor justo	203.072	546.194	-601.316	-666.555
4.02.04	Impostos sobre a renda	-96.576	-259.756	285.971	316.996
4.02.05	Outros resultados abrangentes	33.474	48.339	-448.749	1.683.187
4.02.06	Impostos sobre a renda	-15.488	-21.434	201.653	-779.130
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.887.389	6.233.236	2.854.647	7.089.136
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.818.460	6.100.751	2.794.781	6.986.487
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	68.929	132.485	59.866	102.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.328.353	21.591.436
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.458.000	17.211.330
6.01.01.01	Lucro Líquido do Semestre	6.244.233	5.139.516
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	481.449	577.084
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	841.588	747.569
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	21.223	177.962
6.01.01.05	Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)	17.927.304	19.670.039
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	-65.779	-99.750
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	-215.960	-201.423
6.01.01.08	Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	-2.663.700	-3.547.595
6.01.01.09	Atualização de Depósitos Judiciais	-410.787	-373.746
6.01.01.10	Atualização de Impostos a Compensar	-731.631	-216.826
6.01.01.11	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-138	-1.437
6.01.01.12	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	-6.771.560	-4.660.063
6.01.01.13	Outros	-198.242	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	42.870.353	4.380.106
6.01.02.04	Ativos fin. não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	15.686.165	-11.265.179
6.01.02.05	Ativos Fin. mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	6.982.508	24.544.685
6.01.02.06	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	-8.258.291	-2.919.131
6.01.02.07	Outros ativos	-18.261.516	-8.487.025
6.01.02.09	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-39.269.306	4.805.395
6.01.02.10	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	83.354.558	-1.507.730
6.01.02.11	Outros passivos	6.066.021	3.054.717
6.01.02.12	Impostos pagos	-3.429.786	-3.845.626
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.758.405	508.685
6.02.01	Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição	0	-7.500
6.02.02	Ativo tangível	-1.434.252	-505.844
6.02.03	Ativo intangível	-860.712	-883.643
6.02.04	Ativos não correntes mantidos para venda	-332.210	-227.063
6.02.05	Alienação - Ativo tangível	261.370	236.338
6.02.06	Alienação - Ativos não correntes mantidos para venda	353.142	92.401
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	168.462	66.999
6.02.08	Alienação - Ativo intangível	85.795	1.736.997
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.030.314	-3.284.829
6.03.01	Aquisição de ações próprias	228.420	161.885
6.03.02	Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	130.797.336	47.491.604
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-3.822.762	-3.876.672
6.03.04	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-131.582.471	-47.176.038
6.03.05	Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-6.650.837	-471.726

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.07	Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras	0	586.118
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	138	1.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	44.539.772	18.816.729
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.272.606	67.200.905
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	117.812.378	86.017.634

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	65.000.000	630.238	64.651.350	0	-5.108.058	125.173.530	1.379.614	126.553.144
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	65.000.000	630.238	64.651.350	0	-5.108.058	125.173.530	1.379.614	126.553.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-95.701	243.662	-4.000.000	0	-3.852.039	0	-3.852.039
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	228.420	0	0	228.420	0	228.420
5.04.06	Dividendos	0	-95.701	15.242	-4.000.000	0	-4.080.459	0	-4.080.459
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.111.748	-10.997	6.100.751	438.785	6.539.536
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.111.748	0	6.111.748	132.485	6.244.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.997	-10.997	306.300	295.303
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-10.997	-10.997	306.300	295.303
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.964.172	-2.111.748	0	-147.576	0	-147.576
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.964.172	-2.098.620	0	-134.448	0	-134.448
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-13.128	0	-13.128	0	-13.128
5.07	Saldos Finais	65.000.000	534.537	66.859.184	0	-5.119.055	127.274.666	1.818.399	129.093.065

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	65.000.000	630.011	60.569.213	0	-6.707.539	119.491.685	335.447	119.827.132
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	65.000.000	630.011	60.569.213	0	-6.707.539	119.491.685	335.447	119.827.132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-129.686	107.977	-4.185.244	0	-4.206.953	555.922	-3.651.031
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.000.000	0	-3.000.000	0	-3.000.000
5.04.08	Outros	0	-129.686	107.977	-1.185.244	0	-1.206.953	555.922	-651.031
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.036.867	1.949.623	6.986.490	102.649	7.089.139
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.036.867	0	5.036.867	102.649	5.139.516
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.949.623	1.949.623	0	1.949.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	851.623	-851.623	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	851.623	-851.623	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	65.000.000	500.325	61.528.813	0	-4.757.916	122.271.222	994.018	123.265.240

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	76.029.612	71.015.106
7.01.01	Intermediação Financeira	85.473.714	79.395.832
7.01.02	Prestação de Serviços	8.275.571	8.405.915
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.458.907	-17.388.158
7.01.04	Outras	-3.260.766	601.517
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas	-3.260.766	601.517
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-53.563.447	-49.635.245
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.769.540	-4.516.181
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-356.342	-412.107
7.03.02	Serviços de Terceiros	-3.331.974	-3.165.586
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-21.223	-177.962
7.03.04	Outros	-1.060.001	-760.526
7.04	Valor Adicionado Bruto	17.696.625	16.863.680
7.05	Retenções	-1.323.037	-1.324.653
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.323.037	-1.324.653
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.373.588	15.539.027
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	215.960	201.423
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	215.960	201.423
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.589.548	15.740.450
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	16.589.548	15.740.450
7.09.01	Pessoal	4.992.134	5.258.492
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.590.270	3.781.059
7.09.01.02	Benefícios	1.007.079	1.042.724
7.09.01.03	F.G.T.S.	299.765	281.671
7.09.01.04	Outros	95.020	153.038
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.255.456	5.226.169
7.09.02.01	Federais	5.250.231	5.221.452
7.09.02.03	Municipais	5.225	4.717
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.725	116.280
7.09.03.01	Aluguéis	97.725	116.280
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.244.233	5.139.509
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.000.000	3.000.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.111.748	2.036.860
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	132.485	102.649

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração



Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 serão divulgadas em 29 de julho de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ Surpreendente resiliência da economia norte-americana

A economia norte-americana voltou a surpreender positivamente, demonstrando resiliência mesmo diante da alta dos preços do petróleo e dos custos de energia. O mercado de trabalho permanece como principal destaque, com geração média de pouco mais de 100 mil empregos nos últimos meses, acima dos 75 mil do T26 e muito superior à média de 25 mil observada em 2025. A combinação de atividade sólida e inflação pressionada levou o Federal Reserve a adotar postura mais cautelosa. As projeções do comitê seguem divididas entre novos aumentos de juros e algum grau de flexibilização monetária, refletindo a elevada incerteza quanto ao cenário, agora reforçada pela posse de Kevin Warsh na presidência da Instituição.

❖ Petróleo segue no centro da dinâmica macro global

O principal vetor do segundo trimestre de 2026 continuou sendo a forte volatilidade dos preços do petróleo. Após atingir aproximadamente USD 120 por barril entre o fim de abril e o início de maio, o Brent recuou de forma expressiva, encerrando junho ao redor de USD 73 por barril, praticamente retornando aos níveis observados antes da escalada do conflito no Oriente Médio. Essa dinâmica foi determinada, sobretudo, pela evolução das tensões geopolíticas e pelo fluxo de petróleo no Estreito de Hormuz. Com a normalização dos preços, diminuíram as preocupações com novos impactos inflacionários de curto prazo decorrentes da energia. Ainda assim, o cenário permanece cercado de incertezas. Embora o conflito tenha perdido intensidade em relação aos meses anteriores e tenham ocorrido avanços pontuais nas negociações por um acordo de paz, as divergências entre as partes persistem. Como consequência, o risco de novos episódios de interrupção na oferta de petróleo continua presente, mantendo elevada a volatilidade dos preços e a incerteza quanto aos seus potenciais efeitos sobre a inflação e o crescimento global.

❖ Bancos centrais reagem cautelosamente

No campo da política monetária, o trimestre foi marcado por maior cautela dos principais bancos centrais. O Federal Reserve manteve a taxa básica inalterada nas reuniões de janeiro e março, preservando uma postura dependente de dados em um ambiente de inflação ainda acima da meta. Ao longo do trimestre, o Fed passou a sinalizar um cenário inflacionário menos benigno, com projeções mais altas para a inflação e menor convicção quanto à eventual retomada do ciclo de cortes, especialmente após o choque energético, que adicionou novos riscos altistas ao cenário. O banco central europeu também manteve os juros estáveis e reconheceu explicitamente que a escalada do conflito no Oriente Médio deve pressionar a inflação no curto prazo via energia. De forma geral, o ambiente global permaneceu em compasso de espera: a trajetória dos juros passou a incorporar maior incerteza diante de um choque adverso de oferta.

No ambiente doméstico

❖ Atividade se mantém resiliente, mas sinais de moderação tornam-se mais visíveis

A economia brasileira manteve desempenho melhor do que o esperado ao longo do T26, sustentada pelo consumo das famílias, pelo mercado de trabalho ainda dinâmico e pelo impulso remanescente das medidas de estímulo à renda implementadas no início do ano. Ao mesmo tempo, começaram a surgir evidências mais consistentes de desaceleração em segmentos mais sensíveis à política monetária, especialmente no crédito e em parte dos indicadores antecedentes de atividade. O balanço do trimestre reforçou a avaliação de que a economia caminha para uma desaceleração gradual. Nesse contexto, nossa projeção permanece de crescimento do PIB de 1,8% em 2026 e, agora, esperamos um avanço de 1,3% em 2027, ainda consistente com uma moderação saudável da demanda doméstica ao longo do horizonte relevante.

❖ Inflação volta a mostrar melhora, mas expectativas permanecem desancoradas

O T26 começou ainda sob os efeitos do choque de petróleo, mantendo pressão sobre os custos de produção. Esse impacto, contudo, foi parcialmente compensado pela apreciação do real, que ajudou a limitar o repasse para os preços domésticos. Ao longo do trimestre, a normalização gradual das cotações internacionais do petróleo reduziu as pressões sobre combustíveis, fretes e bens industriais, permitindo uma melhora do comportamento da inflação corrente. Apesar desse alívio, a inflação permaneceu acima da meta e as expectativas continuaram desancoradas, refletindo a resiliência da atividade econômica e as incertezas em torno do ambiente fiscal. Nesse contexto, mantemos a avaliação de que a convergência para a meta seguirá gradual e dependerá da manutenção de condições monetárias restritivas por período prolongado. Nossa projeção para o IPCA é de 5,0% em 2026 e 4,0% em 2027.

❖ Copom reforça postura cautelosa

Ao longo do trimestre, o Banco Central manteve o processo de flexibilização monetária, mas reforçou a mensagem de que o espaço para cortes adicionais se tornou mais limitado. A combinação de expectativas de inflação persistentemente elevadas, política fiscal ainda expansionista e condições financeiras globais mais restritivas levou o Copom a adotar comunicação mais conservadora quanto à trajetória da Selic. A avaliação predominante passou a ser de que o custo de trazer a inflação de volta à meta aumentou, exigindo juros elevados por mais tempo. Em nosso cenário, projetamos que a taxa Selic encerre 2026 em 13,75% e 2027 em 12,75%, em um ciclo de afrouxamento mais gradual e condicionado à evolução da inflação e das expectativas, na esteira da postura fiscal e do grau de ociosidade da economia à frente.

Comentário do Desempenho

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido
(recorrente gerencial)
R\$ 6,8 Bilhões | -9,5% vs 1S25

Margem Financeira
R\$ 31,2 Bilhões | -0,5% vs 1S25

Despesas Gerais
R\$ 13,2 Bilhões | +1,7% vs 1S25

Comissões
R\$ 10,8 Bilhões | +4,1% vs 1S25

Despesas com PDD
R\$ 14,0 Bilhões | +5,6% vs 1S25

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela continuidade da execução da nossa estratégia, mantendo a centralidade do cliente como elemento fundamental para a geração de valor. Seguimos fortalecendo nosso relacionamento com clientes, ampliando a diversificação das receitas e avançando na construção de uma operação cada vez mais sólida, eficiente e resiliente. Em termos de resultados, encerramos o semestre com lucro líquido gerencial recorrente de R\$ 6,8 bilhões no período, redução de 9,6%, comparado ao mesmo período de 2025, reflexo de um cenário macroeconômico caracterizado pelo maior nível de endividamento das famílias e pela manutenção de taxa elevadas.

A receita total alcançou R\$ 41,9 bilhões no período, com crescimento de 0,6% em relação ao primeiro semestre de 2025. A evolução dos resultados foi sustentada principalmente pelo desempenho dos negócios com clientes e pelo crescimento das receitas de serviços, reforçando a consistência do nosso modelo de negócios e a qualidade do nosso negócio.

A margem com clientes apresentou evolução de 2,2% no semestre, totalizando R\$ 32,6 bilhões, refletindo o crescimento de nossa carteira de crédito de 5,8%, com destaque especial para as operações de financiamento ao consumo que cresceram 15,3%, bem como para as operações realizadas junto às pequenas e médias empresas, que apresentaram incremento de 11,4%. A margem com mercado, por sua vez, apresentou resultado negativo principalmente pela sensibilidade negativa ao aumento da taxa de juros e pelo menor resultado de tesouraria.

As receitas com comissões cresceram 4,1% no semestre, atingindo R\$ 10,8 bilhões, com destaque para cartões crescendo 8,1% YoY, seguros 9,3% YoY e mercado de capitais 17,4% YoY. O resultado evidencia a crescente contribuição dos negócios de serviços para a geração de receitas recorrentes e reforça nossa estratégia de diversificação.

No âmbito da qualidade do crédito, o resultado de provisão para devedores duvidosos totalizou R\$ 14,0 bilhões no primeiro semestre de 2026, crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete a manutenção de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por taxa de juros elevada, demandando maiores níveis de provisionamento no período. Em despesas, seguimos avançando em produtividade e eficiência operacional, totalizando R\$ 13,2 bilhões no semestre, aumento de 1,7% na comparação com mesmo período de 2025, em ritmo inferior à inflação do período, demonstrando disciplina na gestão de custos e foco permanente na alocação eficiente de recursos. Seguimos comprometidos com a geração de resultados sustentáveis de longo prazo, apoiados por uma operação mais diversificada, uma gestão disciplinada de capital e riscos e pelo foco contínuo em oferecer as melhores soluções e experiências aos nossos clientes.

(R\$ milhões)	2T26	1T26	2T26 x 1T26	1S26	1S25	1S26 x 1S25
Margem financeira bruta	15.341	15.812	(3,0)%	31.153	31.318	(0,5)%
Comissões	5.334	5.435	(1,9)%	10.769	10.341	4,1 %
Receita total	20.675	21.248	(2,7)%	41.922	41.659	0,6 %
Resultado de PDD	(7.654)	(6.344)	20,6 %	(13.998)	(13.252)	5,6 %
Despesas gerais	(6.578)	(6.633)	(0,8)%	(13.211)	(12.986)	1,7 %
Outras receitas/despesas operacionais	(2.534)	(2.300)	10,2 %	(4.834)	(4.055)	19,2 %
Despesas tributárias	(1.453)	(1.453)	— %	(2.906)	(2.675)	8,6 %
Outros	81	65	24,1 %	146	257	(43,2)%
Lucro antes de impostos	2.537	4.583	(44,6)%	7.120	8.949	(20,4)%
Impostos e participações minoritárias	477	(795)	n.a	(318)	(1.429)	(77,7)%
Lucro líquido recorrente gerencial	3.014	3.788	(20,4)%	6.802	7.520	(9,5)%
Lucro líquido contábil	2.667	3.725	(28,4)%	6.393	7.372	(13,3)%

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.



Comentário do Desempenho

Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco Santander (Brasil) S.A. está fundamentada em um modelo integrado de tomada de decisão, supervisão e gestão de riscos, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais de governança. Essa estrutura é composta pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Executivo, integrado pelo Diretor-Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, bem como pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, responsáveis por apoiar o Conselho no desempenho de suas atribuições. Os Comitês de Assessoramento são: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

O Banco busca continuamente o fortalecimento da diversidade, da independência e da qualificação de seus órgãos de administração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com cinco mulheres entre seus membros e 45% de conselheiros independentes, refletindo o compromisso da Instituição com uma governança corporativa plural, transparente e alinhada às melhores práticas de mercado.

Em 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a integrar o Programa CONFIA – Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal do Brasil, iniciativa que promove um relacionamento baseado em transparência, confiança mútua e diálogo contínuo entre a Administração Tributária e grandes contribuintes. A admissão ao programa reconhece a maturidade da governança tributária, da gestão de riscos fiscais e dos controles internos da Instituição, reforçando seu compromisso com elevados padrões de conformidade, ética, transparência e segurança jurídica. (Serviços e Informações do Brasil)

As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976.

Informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander, bem como sobre a composição, atuação e principais deliberações do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, estão disponíveis no portal de Relações com Investidores, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, atuando de forma permanente, independente e objetiva em relação às demais funções e unidades da Organização. Sua missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Administração asseguração independente sobre a qualidade e a efetividade dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para a proteção do valor da Organização, de sua solvência, sustentabilidade e reputação.

A função de Auditoria Interna possui certificação de qualidade emitida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), em reconhecimento à aderência às normas e melhores práticas internacionais da profissão.

Para cumprir suas atribuições e assegurar uma cobertura adequada dos riscos inerentes às atividades do Banco Santander, a Auditoria Interna utiliza metodologias e ferramentas desenvolvidas internamente. Destaca-se a matriz de riscos, utilizada no processo de planejamento para priorizar o universo auditável com base em critérios como risco inerente, resultados das avaliações anteriores, nível de implementação das recomendações de auditoria e relevância dos processos para a Organização. Os programas de trabalho são revisados periodicamente, de forma a refletir a evolução do ambiente de riscos, mudanças regulatórias e transformações no ambiente de negócios.

Em linha com seu papel de supervisão, o Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Relatório Anual da Auditoria Interna de 2026, os quais foram posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração.

Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 47.327 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

Sustentabilidade

A sustentabilidade integra a estratégia de negócios do Santander há mais de 20 anos e orienta nossa atuação na gestão de riscos, no desenvolvimento de soluções financeiras e na geração de impacto positivo para clientes, comunidades e sociedade.

No semestre, mantivemos foco nas frentes em que temos maior capacidade de contribuição: avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos na concessão de crédito; apoio aos clientes na transição para uma economia de baixo carbono; e promoção de iniciativas de educação, empregabilidade, empreendedorismo e inclusão financeira.

Nossa atuação está concentrada nos temas mais relevantes para o negócio, considerando impactos, riscos e oportunidades, e é acompanhada por metas globais em áreas prioritárias, como descarbonização, inclusão financeira e cultura inclusiva. Essa agenda é sustentada por políticas, controles e estruturas de governança robustas, com o apoio da alta liderança.



Comentário do Desempenho

Após o final do 2T26, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

❖ Viabilizamos **R\$ 24, 7 bilhões** em negócios sustentáveis, incluindo emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e produtos dedicados, como o CDC Solar e o CDC Veículos Elétricos e Híbridos, atingindo **R\$ 57, 8 bilhões** na carteira¹ de crédito sustentável, com crescimento de **43% (YoY)**.

¹ Considera operações que se enquadram em nosso Sistema de Classificação de Finanças e Investimentos Sustentáveis (SFICS).

❖ Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização) com 38% de market share.

❖ O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou uma produção de microcrédito de R\$ 2,4 bilhões. A carteira total cresceu 3,1% (YoY), atingindo R\$ 3,3 bilhões, com uma base total de 1,1 milhão de clientes.

Além disso, o Prospera lançou o Seguro Prestamista para operações de microempréstimo. O produto garante a quitação integral do saldo devedor em caso de falecimento do titular ou de membros do grupo solidário, evitando a transferência da dívida aos demais integrantes e fortalecendo a proteção dos microempreendedores.

❖ Quatro operações foram desembolsadas pelo Santander no âmbito do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Federal inserida no Plano de Transformação Ecológica que tem como objetivo mobilizar investimentos privados para projetos sustentáveis de longo prazo no país, com foco na atração de capital nacional e externo, totalizando **R\$ 1,6 bilhão**. Os recursos apoiam iniciativas voltadas à transição dos nossos clientes para uma economia de baixo carbono e ao desenvolvimento sustentável, incluindo projetos como a construção de uma nova usina de etanol de milho, a substituição de caldeiras fósseis por geração de vapor industrial com biomassa, a construção de uma nova unidade industrial farmacêutica com certificação LEED (selo global de sustentabilidade para edificações) e a modernização da rede elétrica, com implantação de smart grids, redução de perdas e aumento da resiliência da infraestrutura elétrica;

❖ O Santander manteve a liderança em financiamento de veículos eletrificados, com market share de **53%** em veículos elétricos e **31%** em híbridos..

Impacto social

No último trimestre, o Social Integrado Santander fortaleceu sua atuação em 30 municípios de Pernambuco e do Maranhão por meio de iniciativas nas áreas de educação, cultura, empreendedorismo e esporte. As ações beneficiaram mais de **26 mil** crianças e adolescentes, capacitaram mais de **1.500** educadores.

Por meio do programa Pensar, realizamos iniciativas de educação financeira em escolas públicas para estudantes do ensino médio. A ação contou com a participação de **52 voluntários** e beneficiou **207** estudantes.

Realizamos em Gravatá (PE), o Encontro Nacional do Amigo de Valor e do Parceiro do Idoso, nossas tecnologias sociais voltadas à garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. O evento reuniu mais de **350 participantes**, entre conselheiros e equipes dos projetos apoiados, em uma capacitação voltada ao fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção.

Educação, empregabilidade e empreendedorismo

Realizamos o Santander Top Espanha 2026, programa de mobilidade acadêmica internacional que esse ano registrou **138 mil** inscrições e concedeu **100 bolsas** a estudantes e docentes de universidades brasileiras conveniadas para uma experiência na *Universidad de Salamanca*, na Espanha.

Promovemos o Santander Certificações Financeiras 2026 – 1º Semestre, programa de capacitação gratuita voltado a pessoas maiores de 18 anos que desejam ingressar ou se desenvolver no mercado financeiro, com preparação para as certificações ANBIMA CPA, C-Pro I e C-Pro R. Até junho, o programa registrou **114 mil** inscritos, concedeu **6 mil vagas** e disponibilizou **600 vouchers** para a realização da avaliação da ANBIMA.

Desenvolvemos o Santander X Training for Business – IA para PMEs, programa realizado em parceria com a IE University e o Google, que disponibilizou capacitação gratuita em Inteligência Artificial aplicada aos negócios. Nesta edição, foram concedidas **388 bolsas**.

Realizamos o Acelera Tech AWS – Capacitação para PMEs e Startups, programa realizado em parceria com a Amazon Web Services (AWS), que ofereceu formação gratuita em tecnologia, computação em nuvem e transformação digital, apoiando empresas em diferentes estágios de maturidade na adoção de soluções inovadoras para seus negócios. Nesta edição, foram concedidas **329 bolsas** para PMEs e **135 bolsas** para startups, totalizando **464 bolsas** de capacitação.

Comentário do Desempenho

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Serviços Financeiros do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2026).

**Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:**

Simples, Pessoal e Justo

Notas Explicativas



**2T
26**

Banco Santander
Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas em BRGAAP
30 de junho de 2026

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de benefícios a empregados e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 28 de julho de 2026.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, serão divulgadas, em 29 de julho de 2026, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Reforma da Tributação sobre o Consumo

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de *split payment*), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.

Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

III - Resolução CMN nº 4.966/2021 (Hedge Accounting)

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de Investimento líquido no exterior

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram alterações relevantes nas políticas contábeis adotadas pelo Banco.

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander, para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 — considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

Notas Explicativas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo valor através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimativa de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probability of default), LGD (Loss Given Default) e EAD (Exposure at Default) tendo como tradução respectivamente (Probabilidade de inadimplência), (Perda dada inadimplência) e (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis no mercado para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:
 - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
 - Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
 - Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

d) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

e) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

h) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

i) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

j) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

j.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

Notas Explicativas

A PMBC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

j.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo para o Banco e suas Coligadas:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral das perdas atuariais decorrentes das remensurações do valor líquido de ativo/passivo de benefício definido, em conta de Passivo tendo como contrapartida conta destacada do Patrimônio Líquido – Ajustes de avaliação patrimonial.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Notas Explicativas

Os componentes, custo do serviço passado/ganho ou perda atuarial na liquidação, quando aplicável for; e juros sobre Passivo/Ativo de Plano de Benefício Definido, bem como o componente custo do serviço corrente são reconhecidos nas linhas de despesas operacionais (Nota 29) e despesa de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 16.

n) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas na Nota 20.e e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 20% para os bancos, 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e de 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove alterações no sistema tributário federal, com impactos sobre diversos setores da economia. A referida legislação altera e consolida as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") aplicáveis às empresas do setor financeiro.

Nos termos da nova lei, as Instituições de Pagamento, as Administradoras de Mercado de Balcão Organizado, as Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, as Entidades de Liquidação e Compensação, bem como as demais sociedades reguladas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), estarão sujeitas à majoração gradual da alíquota da CSLL, que passará de 9% para 12% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 15% a partir do exercício de 2028.

Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e para as Sociedades de Capitalização, a alíquota da CSLL será majorada do patamar atual de 15% para 17,5% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 20% a partir do exercício de 2028, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 224/2025.

Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento desses créditos e passivos é efetuado com base nas alíquotas aplicáveis aos períodos em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com a regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação, com base na geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização desses créditos, conforme demonstrada na Nota 10.b.2, está fundamentada em projeções de resultados futuros e em estudo técnico específico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na **Nota 32.g**

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	8.073.907	7.531.433	8.606.567	17.482.523
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	121.591.754	67.091.513	79.688.592	53.643.248
Aplicações no Mercado Aberto	81.122.017	52.822.160	59.637.693	28.103.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.519.670	533.896	3.271.197	5.007.501
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.950.067	13.735.457	16.779.702	20.532.342
Total	129.665.661	74.622.946	88.295.159	71.125.771

	Consolidado			
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	8.091.758	7.632.939	8.625.589	17.504.978
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.895.049	66.767.677	78.625.519	50.990.729
Aplicações no Mercado Aberto	81.122.017	52.822.160	59.637.693	28.103.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.822.965	210.060	2.208.124	2.354.982
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.950.067	13.735.457	16.779.702	20.532.342
Total	118.986.807	74.400.616	87.251.108	68.495.707

As informações relativas a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

5. Aplicações interfinanceiras

				Banco	
				30/06/2026	31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	54.667.573	-	105.299.769	159.967.342	122.003.125
Aplicações no Mercado Aberto	33.717.506	-	-	33.717.506	21.022.160
Posição Bancada	2.952.406	-	-	2.952.406	2.663.441
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.943.252	-	-	2.943.252	2.663.441
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.154	-	-	9.154	-
Posição Financiada	30.765.100	-	-	30.765.100	18.358.719
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.489.703	-	-	12.489.703	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.264.351	-	-	11.264.351	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.011.047	-	-	7.011.047	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	105.299.769	105.299.769	87.245.508
Aplicações em Moeda Estrangeira	20.950.067	-	-	20.950.067	13.735.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	90.632.443	10.948.940	-	101.581.383	89.994.937
Aplicações no Mercado Aberto	90.632.443	10.948.940	-	101.581.383	89.994.937
Posição Bancada	4.654.218	3.320.743	-	7.974.961	10.516.027
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.485.456	531.257	-	4.016.713	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.168.762	2.789.485	-	3.958.247	4.859.384
Posição Financiada	47.404.511	-	-	47.404.511	31.881.115
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.002.021	-	-	15.002.021	31.881.115
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.949.151	-	-	15.949.151	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.453.339	-	-	16.453.339	-
Posição Vendida	38.573.714	7.628.197	-	46.201.911	47.597.795
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.860.069	1.039.818	-	16.899.887	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.713.645	6.588.379	-	29.302.025	13.868.891
Total	145.300.016	10.948.940	105.299.769	261.548.725	211.998.062

***Valores expressos em**
Notas Explicativas



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

									Banco		Consolidado	
									30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
	Ajuste ao Valor de Mercado				Ajuste ao Valor de Mercado							
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	133.039.875	(1.876.021)	-	131.163.854	118.139.601	115.002.769	(2.297.130)	-	112.705.639	102.064.371		
Títulos Públicos	89.785.126	(1.272.137)	-	88.512.989	75.309.681	95.090.835	(1.503.253)	-	93.587.582	80.052.289		
Títulos Privados	43.254.749	(603.884)	-	42.650.865	42.829.920	19.911.934	(793.877)	-	19.118.057	22.012.082		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	55.334.930	(1.051.719)	(2.550.242)	51.732.969	58.666.786	65.016.139	(1.051.719)	(3.571.244)	60.393.176	67.681.530		
Títulos Públicos	55.334.930	(1.051.719)	(2.550.242)	51.732.969	58.666.786	65.016.139	(1.051.719)	(3.571.244)	60.393.176	67.681.530		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	118.537.061	(12.749)	-	118.524.312	113.528.203	130.234.219	(709.126)	-	129.525.093	117.944.134		
Títulos Públicos	50.851.381	(23.693)	-	50.827.688	44.658.872	50.861.026	(23.693)	-	50.837.333	44.667.885		
Títulos Privados	67.685.680	10.944	-	67.696.624	68.869.331	79.373.193	(685.433)	-	78.687.760	73.276.249		
Total de Títulos e Valores Mobiliários	306.911.866	(2.940.489)	(2.550.242)	301.421.135	290.334.590	310.253.127	(4.057.975)	(3.571.244)	302.623.908	287.690.035		

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

II) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	30/06/2026	31/12/2025	Sem Vencimento	Abertura por Vencimento				Banco 30/06/2026
			Valor Contábil	Valor Contábil		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	89.785.126	(1.272.137)	88.512.989	75.309.681	-	24.062.381	10.413.970	13.828.552	40.208.086	88.512.989
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.145.008	592	9.145.600	9.009.584	-	7.112	2.656.051	2.448.820	4.033.617	9.145.600
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.658.273	(1.251.824)	49.406.449	39.324.066	-	5.192.456	2.432.205	8.598.003	33.183.785	49.406.449
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.824.050	(20.786)	29.803.264	26.725.113	-	18.706.739	5.325.169	2.780.672	2.990.684	29.803.264
Títulos da Dívida Agrária - TDA	1.589	(137)	1.452	2.897	-	202	545	705	-	1.452
Títulos da Dívida Externa Brasileira	320	32	352	354	-	-	-	352	-	352
Títulos da Dívida Estrangeiros	155.886	(14)	155.872	247.667	-	155.872	-	-	-	155.872
Títulos Privados	43.254.749	(603.884)	42.650.865	42.829.920	30.127.067	-	69.286	4.096.710	8.357.802	42.650.865
Ações	1.621.497	(267.436)	1.354.061	1.091.181	1.354.061	-	-	-	-	1.354.061
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	38.715	(1.750)	36.965	128.909	-	-	91	2.032	34.842	36.965
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	11.576	(12)	11.564	74.367	-	-	38	337	11.189	11.564
Cotas de Fundos de Investimento	28.789.221	(16.215)	28.773.006	26.036.113	28.773.006	-	-	-	-	28.773.006
Debêntures	12.793.740	(318.471)	12.475.269	15.103.512	-	-	69.157	4.094.341	8.311.771	12.475.269
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	-	-	-	395.838	-	-	-	-	-	-
Total	133.039.875	(1.876.021)	131.163.854	118.139.601	30.127.067	24.062.381	10.483.256	17.925.262	48.565.888	131.163.854

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por vencimento				Banco 30/06/2026
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (1)	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado									
Títulos Públicos	50.851.381	(23.693)	50.827.688	44.658.872	3.886.608	10.052.165	22.381.224	14.507.691	50.827.688
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.120.860	(23.693)	22.097.167	24.701.854	3.886.608	-	16.934.078	1.276.481	22.097.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.494.772	-	11.494.772	7.152.686	-	-	-	11.494.772	11.494.772
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	3.140	-	3.140	5.771	-	3.140	-	-	3.140
Títulos da Dívida Estrangeira	17.232.609	-	17.232.609	12.798.561	-	10.049.025	5.447.146	1.736.438	17.232.609
Títulos Privados	67.685.680	10.944	67.696.624	68.869.331	2.836.297	13.734.752	21.369.279	29.756.296	67.696.624
Debêntures	25.966.126	(2.858)	25.963.268	30.944.216	304.677	2.266.548	8.047.170	15.344.873	25.963.268
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	819.365	-	819.365	727.887	-	-	444.450	374.915	819.365
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	342.958	13.458	356.416	334.943	42.468	56.269	130.505	127.174	356.416
Cédula de Produto Rural - CPR	32.930.201	-	32.930.201	27.846.360	2.316.277	9.057.768	10.468.023	11.088.133	32.930.201
Eurobonds	69.361	-	69.361	86.107	-	-	-	69.361	69.361
Notas Promissórias - NP	3.724.577	-	3.724.577	5.326.785	61.608	1.645.094	1.024.474	993.401	3.724.577
Notas Comerciais	3.833.092	344	3.833.436	3.603.033	111.267	709.073	1.254.657	1.758.439	3.833.436
Total	118.537.061	(12.749)	118.524.312	113.528.203	6.722.905	23.786.917	43.750.503	44.263.987	118.524.312

(1) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

Consolidado

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025	Abertura por vencimento					30/06/2026	
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no	Valor	Valor	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	Amortizado	Resultado (2)	Contábil	Contábil	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	50.861.026	(23.693)	50.837.333	44.667.885	3.886.608	10.052.165	22.381.224	14.517.336	50.837.333
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.120.860	(23.693)	22.097.167	24.701.851	3.886.608	—	16.934.078	1.276.481	22.097.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.494.772	—	11.494.772	7.152.686	—	—	—	11.494.772	11.494.772
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	3.140	—	3.140	5.771	—	3.140	—	—	3.140
Títulos da Dívida Estrangeira	17.232.609	—	17.232.609	12.798.561	—	10.049.025	5.447.146	1.736.438	17.232.609
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.645	—	9.645	9.016	—	—	—	9.645	9.645
Títulos Privados	79.373.193	(685.433)	78.687.760	73.276.249	2.912.457	13.734.752	20.555.115	41.485.436	78.687.760
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	342.958	13.458	356.416	334.943	42.468	56.269	130.505	127.174	356.416
Cédula de Produto Rural - CPR	32.930.201	—	32.930.201	27.846.360	2.316.277	9.057.768	10.468.023	11.088.133	32.930.201
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	819.365	—	819.365	727.887	—	—	444.450	374.915	819.365
Debêntures	37.034.935	(699.234)	36.335.701	35.242.260	304.677	2.266.548	7.233.006	26.531.470	36.335.701
Eurobonds	69.361	—	69.361	86.107	—	—	—	69.361	69.361
Notas Comerciais	4.451.796	343	4.452.139	3.711.907	187.427	709.073	1.254.657	2.300.982	4.452.139
Notas Promissórias - NP	3.724.577	—	3.724.577	5.326.785	61.608	1.645.094	1.024.474	993.401	3.724.577
Total	130.234.219	(709.126)	129.525.093	117.944.134	6.799.065	23.786.917	42.936.339	56.002.772	129.525.093

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R\$ 127.806.191 (31/12/2025 R\$ 116.499.728)
(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	16.386.923	17.434.682	16.958.019	21.002.826
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.375.197	12.428.269	9.939.337	5.912.820
Resultado de Títulos de Renda Variável	40.220	(802.730)	452.641	(936.530)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	21.028	11.254
Reversão/(Provisão) para Perdas por não Recuperação (1)	34.930	114.938	34.930	114.938
Rendas de Aplicações em Fundos	1.640.793	888.754	12.916	109.360
Outras	186.970	164.262	185.103	2.162.949
Total	33.665.033	30.228.175	27.603.974	28.377.617

(1) Corresponde ao registro de reversões ou perdas de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

As operações de *swap* são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	33.166.648	24.663.339	19.843.763	18.053.370	13.082.496	12.946.211	11.791.670	11.905.906
Opções	5.491.977	8.646.067	5.868.758	6.245.167	5.202.599	5.682.469	6.312.488	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	8.793.518	4.559.069	41.187.748	35.870.144	8.325.878	3.757.376	40.639.691	34.881.292
Total	47.452.143	37.868.475	66.900.269	60.168.681	26.610.973	22.386.056	58.743.849	52.758.042
Circulante	14.579.056	10.217.388	46.520.927	41.728.634	13.054.980	7.993.887	45.460.335	40.231.907
Não Circulante	32.873.087	27.651.087	20.379.342	18.440.047	13.555.993	14.392.169	13.283.514	12.526.135

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco			Banco		
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
<i>Swap</i>	1.456.083.813	5.178.284	8.503.309	1.485.041.092	534.250	1.790.393
Ativo	717.262.234	29.748.643	33.166.648	748.580.713	17.882.366	19.843.763
Juros	476.443.081	10.565.877	17.300.113	549.029.044	11.966.937	14.892.141
Moeda Estrangeira	228.745.756	17.888.882	14.687.476	179.715.191	4.863.559	6.407.067
Outros (2)	12.073.397	1.293.884	1.179.059	19.836.478	1.051.870	(1.455.445)
Passivo	738.821.579	(24.570.359)	(24.663.339)	736.460.379	(17.348.116)	(18.053.370)
Juros	566.273.617	(9.290.059)	(14.099.577)	602.208.526	(11.382.961)	(12.067.101)
Moeda Estrangeira	167.772.238	(15.151.092)	(10.030.754)	131.184.290	(5.773.916)	(5.795.865)
Outros (2)	4.775.724	(129.208)	(533.008)	3.067.563	(191.239)	(190.404)
Opções	580.930.320	(5.224.207)	(3.154.090)	759.167.701	(3.806.839)	(376.409)
Compromissos de Compra	269.770.320	4.740.712	5.491.977	317.439.086	4.796.630	5.868.758
Opções de Compra Moeda Estrangeira	36.791.719	2.948.026	3.056.818	21.172.049	2.374.008	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.546.723	920.504	1.212.547	24.903.909	994.144	1.146.628
Opções de Compra Outras	35.577.119	526.578	1.153.567	19.063.445	887.741	2.527.043
Mercado Interfinanceiro	6.645.812	268.244	436.184	12.341.391	555.307	1.598.395
Opções de Risco de Juros	28.931.307	258.334	717.383	6.722.054	332.434	928.648

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Opções de Venda Outras	177.854.759	345.604	69.045	252.299.683	540.737	128.835
Mercado Interfinanceiro	516.255	58.764	62.788	204.462	113.366	74.030
Opções de Risco de Juros	177.338.504	286.840	6.257	252.095.221	427.371	54.805
Compromissos de Venda	311.160.000	(9.964.919)	(8.646.067)	441.728.615	(8.603.469)	(6.245.167)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	19.404.825	(951.146)	(840.811)	19.620.555	(692.503)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	13.032.520	(869.420)	(1.218.690)	14.311.067	(877.141)	(753.862)
Opções de Compra Outras	74.616.589	(4.846.047)	(3.059.410)	96.482.001	(5.741.350)	(4.015.121)
Mercado Interfinanceiro	29.873.237	(3.030.347)	(2.047.763)	31.536.833	(3.794.549)	(2.416.960)
Opções de Risco de Juros	44.743.352	(1.815.700)	(1.011.647)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	204.106.066	(3.298.306)	(3.527.156)	311.314.992	(1.292.475)	(1.045.760)
Mercado Interfinanceiro	11.761.128	(2.536.532)	(2.638.713)	4.640.145	(451.491)	(137.438)
Opções de Risco de Juros	192.344.938	(761.774)	(888.443)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	722.371.297	—	—	567.709.896	(54.829)	—
Posição Comprada	379.984.576	—	—	283.663.279	—	—
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	—	—	95.881.997	—	—
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	—	—	160.220.757	—	—
Moeda Estrangeira	95.469.911	—	—	21.182.934	—	—
Índice (3)	10.093.335	—	—	3.206.380	—	—
Treasury Bonds/Notes	4.094.659	—	—	3.171.211	—	—
Posição Vendida	342.386.721	—	—	284.046.617	(54.829)	—
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	—	—	95.902.371	—	—
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	—	—	160.220.757	—	—
Moeda Estrangeira	67.231.738	—	—	21.545.898	(54.829)	—
Índice (3)	1.889.718	—	—	3.206.380	—	—
Treasury Bonds/Notes	2.938.594	—	—	3.171.211	—	—
Contratos a Termo e Outros	578.904.920	(11.411.412)	4.234.449	513.234.850	(38.087.679)	5.317.604
Compromissos de Compra	282.764.895	6.973.096	8.793.518	237.413.496	6.401.320	41.187.748
Moedas	208.440.115	6.018.744	7.953.086	163.133.706	5.630.881	8.658.109
Outros (2)	74.324.780	954.352	840.432	74.279.790	770.439	32.529.639
Compromissos de Venda	296.140.025	(18.384.508)	(4.559.069)	275.821.354	(44.488.999)	(35.870.144)
Moedas	219.953.072	(17.531.701)	(3.992.597)	201.046.354	(43.543.529)	(3.010.203)
Outros (2)	76.186.953	(852.807)	(566.472)	74.775.000	(945.470)	(32.859.941)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado 30/06/2026			Consolidado 31/12/2025		
Negociação	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	1.000.626.373	(1.034.736)	136.285	1.105.348.145	(2.390.800)	(114.236)
Ativo	486.427.003	8.064.957	13.082.496	551.478.673	9.298.735	11.791.670
Juros	342.165.398	3.278.986	5.607.187	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	132.041.478	4.785.971	7.229.911	125.487.312	3.257.875	4.942.313
Outros	12.220.127	—	245.398	1.738.230	1.507	3.340
Passivo	514.199.370	(9.099.693)	(12.946.211)	553.869.472	(11.689.535)	(11.905.906)
Juros	460.139.210	(7.690.162)	(11.123.430)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	41.925.163	(1.280.323)	(1.290.028)	42.496.945	(1.150.742)	(1.366.055)
Outros	12.134.997	(129.208)	(532.753)	1.093.152	(169.285)	(190.404)
Opções	567.022.194	(2.772.958)	(479.870)	724.241.728	(2.364.529)	341.644
Compromissos de Compra	268.699.708	4.532.549	5.202.599	300.697.253	4.436.345	6.312.488
Opções de Compra Moeda Estrangeira	35.729.501	2.739.946	2.768.811	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.546.723	920.504	1.212.547	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	35.568.725	526.495	1.152.196	12.400.038	887.741	3.216.467
Mercado Interfinanceiro	6.637.418	268.161	434.814	5.677.984	555.307	2.287.818
Outras (2)	28.931.307	258.334	717.382	6.722.054	332.434	928.649
Opções de Venda Outras	177.854.759	345.604	69.045	252.299.683	540.737	128.834
Mercado Interfinanceiro	516.255	58.764	62.788	204.462	113.366	74.030
Outras (2)	177.338.504	286.840	6.257	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	298.322.486	(7.305.507)	(5.682.469)	423.544.475	(6.800.874)	(5.970.844)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	19.402.528	(950.669)	(952.684)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.903.345	(630.089)	(790.967)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	74.512.220	(4.824.498)	(3.033.702)	90.098.059	(4.452.630)	(3.443.887)
Mercado Interfinanceiro	29.768.868	(3.008.798)	(2.022.055)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Outras (2)	44.743.352	(1.815.700)	(1.011.647)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	193.504.393	(900.251)	(905.116)	309.534.966	(1.080.632)	(1.415.493)
Mercado Interfinanceiro	1.159.455	(138.477)	(16.673)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Outras (2)	192.344.938	(761.774)	(888.443)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	713.134.270	—	—	567.709.896	(54.829)	—
Posição Comprada	370.747.549	—	—	283.663.279	—	—
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	—	—	95.881.997	—	—
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	—	—	160.220.757	—	—
Moeda Estrangeira	94.436.501	—	—	21.182.934	—	—
Índice (3)	1.889.718	—	—	3.206.380	—	—
Treasury Bonds/Notes	4.094.659	—	—	3.171.211	—	—
Posição Vendida	342.386.721	—	—	284.046.617	(54.829)	—

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	—	—	95.902.371	—	—
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	—	—	160.220.757	—	—
Moeda Estrangeira	67.231.738	—	—	21.545.898	(54.829)	—
Índice (3)	1.889.718	—	—	3.206.380	—	—
Treasury Bonds/Notes	2.938.594	—	—	3.171.211	—	—
Contratos a Termo e Outros	539.368.882	(11.089.628)	4.568.502	480.123.205	(37.395.965)	5.758.399
Compromissos de Compra	264.139.627	6.455.714	8.325.878	221.363.620	5.957.072	40.639.691
Moedas	200.937.273	5.963.316	7.913.913	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	63.202.354	492.398	411.965	67.098.260	338.839	32.148.997
Compromissos de Venda	275.229.255	(17.545.342)	(3.757.376)	258.759.585	(43.353.037)	(34.881.292)
Moedas	212.031.417	(17.057.460)	(3.602.293)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	63.197.838	(487.882)	(155.083)	67.267.976	(508.555)	(32.367.865)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

										Banco
										Valor Referencial
										Mercado de Negociação
										Abertura por Vencimento
										Contraparte
										30/06/2026
										31/12/2025
										30/06/2026
										30/06/2026
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾
Swap	277.268.514	895.180.192	283.635.107	1.456.083.813	1.485.041.092	68.731.628	233.124.402	1.154.227.783	165.172.955	1.290.910.858
Opções	86.210.044	28.502.309	466.217.967	580.930.320	759.167.701	203.965.879	251.376.257	125.588.184	413.900.141	167.030.179
Contratos de Futuros	2.809.772	10.469.058	709.092.467	722.371.297	567.709.896	264.104.774	228.125.149	230.141.374	712.300.837	10.070.460
Contratos a Termo e Outros	108.279.302	363.027.714	107.597.904	578.904.920	513.234.850	261.579.872	184.695.870	132.629.178	40.821.414	538.083.506

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

as Explicativas										Consolidado
										Valor Referencial
										Mercado de Negociação
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026
										30/06/2026

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

11) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foram apuradas inefetividade nos *hedge* referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	Banco						Banco					
	30/06/2026						31/12/2025					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Contratos de Swap	1.618.549	1.673.960	1.533.450	1.533.450	85.099	140.510	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023	123.291	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076	17.219	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	54.964.038	55.173.936	54.459.768	54.627.291	504.270	546.645	65.258.120	63.114.906	64.712.636	62.526.669	545.484	588.237
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359	156.439	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358	65.599	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.921.649	5.848.239	5.596.096	5.523.632	325.553	324.607	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Futuros	85.254.442	85.190.475	85.317.560	85.270.900	(63.118)	(80.425)	75.691.789	76.698.781	76.258.560	77.325.400	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616)	(135.545)	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498	55.120	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Estratégias	Consolidado 30/06/2026						Consolidado 31/12/2025					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	1.618.549	1.673.960	1.533.450	1.533.450	85.099	140.510	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023	123.291	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076	17.219	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	54.964.038	55.173.936	54.459.768	54.627.291	504.270	546.645	65.258.120	63.114.906	64.712.636	62.526.669	545.484	588.237
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359	156.439	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358	65.599	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.921.649	5.848.239	5.596.096	5.523.632	325.553	324.607	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	8.251.247	10.079.371	7.293.622	9.178.334	957.625	901.037	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.251.247	10.079.371	7.293.622	9.178.334	957.625	901.037	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
Contratos de Futuros	85.254.442	85.190.475	85.317.560	85.270.900	(63.118)	(80.425)	75.691.789	76.698.781	76.258.560	77.325.400	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616)	(135.545)	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498	55.120	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos ou passivos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta ativa ou passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2026				Banco				Consolidado	
	Até	De 3 a	Acima de	Total	31/12/2025	Até	De 3 a	Acima de	Total	Total
Estratégias	3 meses	12 meses	12 meses			3 meses	12 meses	12 meses		
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	1.035.320	-	498.130	1.533.450	1.664.551	1.035.320	-	498.130	1.533.450	1.664.551
Hedge de Operações de Crédito	1.035.320	-	-	1.035.320	1.166.421	1.035.320	-	-	1.035.320	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130	498.130
Contratos de Futuros	6.225.579	17.180.425	31.221.287	54.627.291	62.526.669	6.225.579	17.180.425	31.221.287	54.627.291	62.526.669
Hedge de Operações de Crédito	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490
Hedge de Captações	2.265.373	225.112	3.033.147	5.523.632	8.539.669	2.265.373	225.112	3.033.147	5.523.632	8.539.669
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	-	9.178.334	9.178.334	8.021.917
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	9.178.334	9.178.334	8.021.917
Contratos de Futuros	8.325.000	28.034.600	48.911.300	85.270.900	77.325.400	8.325.000	28.034.600	48.911.300	85.270.900	77.325.400
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000	-	-	400.000	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, majoritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção. Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Banco/Consolidado	Banco/Consolidado
	Valor Nominal	Valor Nominal
	30/06/2026	31/12/2025
	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	8.479.082	7.950.397
Total	8.479.082	7.950.397

Durante o semestre não houve risco retido referente a Swap de taxa de retorno.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2026		31/12/2025	
Exposição - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.187.508	10.894.447	13.513.379	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.593.079	15.971.113	19.290.954	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.314.247	4.285.590	2.203.563	7.063.913
Total	27.094.834	31.151.150	35.007.896	41.770.662

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

7. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	3.476.106	745.563	11.703.494	10.163.491
Relações Interfinanceiras	124.513.175	119.219.756	125.313.775	119.931.424
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	3.338.466	3.072.035	3.338.466	3.072.035
Total	131.327.747	123.037.354	140.355.735	133.166.950
Circulante	129.181.741	121.157.120	130.591.379	122.639.618
Não Circulante	2.146.006	1.880.235	9.764.356	10.527.332

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.955.175	323.614	10.501.039	8.941.971
Caixas de Registro e Liquidação	47.219	6.436	81.033	40.309
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	-	64.533	566.018	780.883
Bolsas - Depósitos em Garantia	442.046	312.175	442.046	312.175
Outros	31.666	38.805	113.358	88.153
Total	3.476.106	745.563	11.703.494	10.163.491
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	490.182	1.702.186	7.239.988	10.157.175
Credores - Conta Liquidações Pendentes	73.735	33.979	500.011	499.911
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.058.635	1.489.859
Caixas de Registro e Liquidação	3	-	614.987	254.626
Comissões e Corretagens a Pagar	3.587	1.788	6.575	4.131
Outros	130.692	65.696	130.804	65.927
Total	698.199	1.803.649	9.551.000	12.471.629

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

8. Carteira de Créditos

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Operações de Crédito	356.913.149	365.651.162	457.758.778	462.212.788
Empréstimos e Títulos Descontados	222.770.276	228.919.438	226.197.131	232.861.034
Financiamentos	41.962.109	46.104.661	139.380.883	138.724.693
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	18.832.729	20.203.732	18.832.729	20.203.732
Financiamentos Imobiliários	73.348.035	70.423.331	73.348.035	70.423.329
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.521.579	3.600.813
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11)	7.920.165	7.831.380	7.920.165	7.831.380
Outros Créditos	81.695.639	83.640.484	94.742.477	96.398.260
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	3.338.466	3.072.035	3.338.466	3.072.035
Outros Créditos Diversos (Nota 11) (1)	78.357.173	80.568.449	91.404.011	93.326.225
Total (2)	446.528.953	457.123.026	563.942.999	570.043.241

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).
(2) Inclui as receitas e as despesas relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros utilizando a taxa de juros efetiva ou taxa de juros contratual em conformidade com BCB nº 352 Art.90, nos montantes de R\$ 344 milhões e R\$ 1.230 milhões no Banco e no Consolidado, respectivamente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 128.745 (31/12/2025 - R\$ 13.406.156) em Carteira de Prejuízo, auferindo uma receita de recuperação de R\$ 8.695 (31/12/2025 - R\$ 578.671) Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de financiamentos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2026, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 15.260 (31/12/2025 - R\$ 16.768).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Vencidas (1)	32.185.679	32.080.446	43.481.821	41.455.677
A vencer:				
Até 3 meses	16.801.307	20.540.753	17.960.496	21.072.028
De 3 a 12 meses	67.877.056	65.712.659	74.959.362	71.554.206
Acima de 12 meses	240.049.107	247.317.304	324.878.678	331.731.690
Total	356.913.149	365.651.162	461.280.357	465.813.601

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

2.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Vencidas	2.463.062	1.919.383	2.679.768	2.076.976
A vencer:				
Até 3 meses	17.065.032	17.527.523	18.748.663	19.093.089
De 3 a 12 meses	66.599.059	68.253.501	76.113.695	77.535.972
Acima de 12 meses	3.488.651	3.771.457	5.120.516	5.523.603
Total	89.615.804	91.471.864	102.662.642	104.229.640

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Setor Privado	441.052.348	451.899.387	558.424.468	564.780.488
Indústria	80.957.061	79.896.637	86.096.111	85.108.984
Comércio	51.669.565	54.971.362	63.493.787	66.367.026
Instituições Financeiras	2.083.594	2.167.346	2.101.177	2.183.588
Serviços e Outros (1)	58.643.634	60.340.107	68.951.791	71.172.365
Pessoas Físicas	241.398.226	247.282.218	331.397.144	332.612.376
Cartão de Crédito	65.197.800	65.414.454	65.197.800	65.414.454
Crédito Imobiliário	70.315.789	67.814.178	70.315.789	67.814.178
Crédito Consignado	56.235.025	61.147.602	56.235.025	61.147.602
Financiamento e Leasing de Veículos	106.192	151.157	84.120.945	80.785.771
Outros (2)	49.543.420	52.754.827	55.527.585	57.450.371
Agricultura	6.300.268	7.241.717	6.384.458	7.336.149
Setor Público	5.476.605	5.223.639	5.518.531	5.262.753
Governos	5.476.605	5.223.639	5.518.531	5.262.753
Total	446.528.953	457.123.026	563.942.999	570.043.241

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

	Consolidado		Consolidado	
	30/06/2026		31/12/2025	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1) e Títulos e Valores Mobiliários (2)	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	5.943.145	0,8 %	6.248.379	0,9 %
10 Maiores	35.031.117	4,8 %	40.321.298	5,6 %
20 Maiores	54.764.388	7,6 %	60.262.238	8,4 %
50 Maiores	91.910.242	12,7 %	96.242.042	13,4 %
100 Maiores	126.304.341	17,5 %	129.353.856	18,0 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	30/06/2026				30/06/2026			
	Banco				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	3.644.866	3.649.328	22.492.411	29.786.605	5.520.729	3.989.104	26.815.450	36.325.283
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	9.090	1.325	10.558	20.973
Outros recebíveis (2)	820.823	995.002	1.680.254	3.496.079	878.331	1.001.633	2.005.697	3.885.661
Total Provisão de Crédito	4.465.689	4.644.330	24.172.665	33.282.684	6.408.150	4.992.062	28.831.705	40.231.917
Títulos e Valores Mobiliários	195.280	145.499	3.095.941	3.436.720	216.871	145.499	3.095.942	3.458.312
Outros Instrumentos Financeiros	1.267	-	225.795	227.062	1.267	-	276.458	277.725
Total	4.662.236	4.789.829	27.494.401	36.946.466	6.626.288	5.137.561	32.204.105	43.967.954
Exposição da Carteira de Crédito (3)	387.405.898	22.578.364	36.456.339	446.440.601	494.329.102	25.176.177	44.349.368	563.854.647
Exposição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (4)	55.437.079	4.479.808	7.779.737	67.696.624	66.428.215	4.479.808	7.779.737	78.687.760
	31/12/2025				31/12/2025			
	Banco				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	4.165.485	3.929.148	22.770.446	30.865.079	6.201.137	4.265.889	25.797.310	36.264.336
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	9.351	605	11.936	21.892
Outros recebíveis (2)	886.275	941.899	2.210.182	4.038.356	965.767	947.129	2.510.951	4.423.847
Total Provisão de Crédito	5.051.760	4.871.047	24.980.628	34.903.435	7.176.255	5.213.623	28.320.197	40.710.075
Títulos e Valores Mobiliários	200.158	248.927	2.537.386	2.986.471	220.511	209.595	2.537.386	2.967.492
Outros Instrumentos Financeiros	1.486	-	190.551	192.037	1.486	-	190.551	192.037
Total	5.253.404	5.119.974	27.708.565	38.081.943	7.398.252	5.423.218	31.048.134	43.869.604
Exposição da Carteira de Crédito (3)	401.086.094	19.189.619	36.720.116	456.995.829	505.794.101	21.495.576	42.626.250	569.915.927
Exposição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (4)	58.689.914	4.991.817	5.187.600	68.869.331	63.096.830	4.991.817	5.187.602	73.276.249

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 88 milhões (31/12/2025 - R\$ 127 milhões), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

(4) Carteira composta por Títulos Privados mensurados a custo amortizado.

O saldo de provisão para perdas associadas ao risco de crédito de limites e avais em 30 de junho de 2026 é de R\$ 1.214 milhões (31/12/2025 - R\$1.192) no Banco e Consolidado (Nota 18).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

6.7 - Movimentação Entre Estágios da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Banco
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 1								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.053.246	(719.924)	(2.054.890)	(274.350)	1.768.346	694.528	-	4.466.956
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	200.158	(33.530)	(27.468)	(10.789)	50.142	16.767	-	195.280
Total	5.253.404	(753.454)	(2.082.358)	(285.139)	1.818.488	711.295	-	4.662.236

	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 2								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	4.871.047	5.114.216	(1.768.346)	(5.852.244)	2.054.890	224.767	-	4.644.330
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	248.927	(80.754)	(50.142)	(163.128)	27.468	163.128	-	145.499
Total	5.119.974	5.033.462	(1.818.488)	(6.015.372)	2.082.358	387.895	-	4.789.829

	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 3								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	25.171.179	5.937.883	(694.528)	(224.767)	274.350	5.852.244	(11.917.901)	24.398.460
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.537.386	609.261	(16.767)	(163.128)	10.789	163.128	(44.728)	3.095.941
Total	27.708.565	6.547.144	(711.295)	(387.895)	285.139	6.015.372	(11.962.629)	27.494.401

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	7.177.741	(705.717)	(2.661.122)	(348.237)	1.989.674	957.078	-	6.409.417
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	220.511	(32.292)	(27.468)	(10.789)	50.142	16.767	-	216.871
Total	7.398.252	(738.009)	(2.688.590)	(359.026)	2.039.816	973.845	-	6.626.288

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.213.623	5.156.486	(1.989.674)	(6.469.911)	2.661.122	420.416	-	4.992.062
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	209.595	(41.422)	(50.142)	(163.128)	27.468	163.128	-	145.499
Total	5.423.218	5.115.064	(2.039.816)	(6.633.039)	2.688.590	583.544	-	5.137.561

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	28.510.748	7.621.768	(957.078)	(420.416)	348.237	6.469.911	(12.465.007)	29.108.163
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.537.386	609.262	(16.767)	(163.128)	10.789	163.128	(44.728)	3.095.942
Total	31.048.134	8.231.030	(973.845)	(583.544)	359.026	6.633.039	(12.509.735)	32.204.105

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

c) Movimentações Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

	Movimentação das Carteiras							Banco
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 1								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	401.086.094	5.808.821	(31.059.197)	(3.312.243)	13.295.284	1.587.139	—	387.405.898
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	58.689.914	(193.681)	(5.325.656)	(392.164)	2.626.945	31.721	—	55.437.079
Total	459.776.008	5.615.140	(36.384.853)	(3.704.407)	15.922.229	1.618.860	—	442.842.977

	Movimentação das Carteiras							
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 2								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	19.189.619	70.001	(13.295.284)	(14.947.241)	31.059.197	502.072	—	22.578.364
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	4.991.817	(807.732)	(2.626.945)	(2.438.754)	5.325.656	35.766	—	4.479.808
Total	24.181.436	(737.731)	(15.922.229)	(17.385.995)	36.384.853	537.838	—	27.058.172

	Movimentação das Carteiras							
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 3								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	36.720.116	(4.516.149)	(1.587.139)	(502.072)	3.312.243	14.947.241	(11.917.901)	36.456.339
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	5.187.600	(126.566)	(31.721)	(35.766)	392.164	2.438.754	(44.728)	7.779.737
Total	41.907.716	(4.642.715)	(1.618.860)	(537.838)	3.704.407	17.385.995	(11.962.629)	44.236.076

(1) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Movimentação das Carteiras							Consolidado
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Estágio 1								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	505.794.101	12.252.476	(36.713.587)	(4.053.970)	14.919.477	2.130.605	—	494.329.102
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	63.096.830	6.390.539	(5.325.656)	(392.164)	2.626.945	31.721	—	66.428.215
Total	568.890.931	18.643.015	(42.039.243)	(4.446.134)	17.546.422	2.162.326	—	560.757.317

	Movimentação das Carteiras							Saldo final
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	30/06/2026
Estágio 2								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	21.495.576	(208.205)	(14.919.477)	(18.761.181)	36.713.587	855.877	—	25.176.177
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	4.991.817	(807.732)	(2.626.945)	(2.438.754)	5.325.656	35.766	—	4.479.808
Total	26.487.393	(1.015.937)	(17.546.422)	(21.199.935)	42.039.243	891.643	—	29.655.985

	Movimentação das Carteiras							Saldo final
	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	30/06/2026
Estágio 3								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	42.626.250	(5.640.544)	(2.130.605)	(855.877)	4.053.970	18.761.181	(12.465.007)	44.349.368
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	5.187.602	(126.568)	(31.721)	(35.766)	392.164	2.438.754	(44.728)	7.779.737
Total	47.813.852	(5.767.112)	(2.162.326)	(891.643)	4.446.134	21.199.935	(12.509.735)	52.129.105

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

1.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	38.081.943	33.510.588	43.869.604	37.895.277
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	1.500.687	-	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025	-	35.011.275	-	42.207.251
Constituições Líquidas das Reversões	10.827.152	11.709.679	12.608.085	13.906.398
Baixas	(11.962.629)	(12.528.937)	(12.509.735)	(14.447.876)
Saldo Final	36.946.466	34.192.017	43.967.954	41.665.773
Créditos Recuperados	921.322	1.228.140	1.055.711	1.525.552

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

d.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco		Consolidado	
	Novos Instrumentos Reconhecidos	Novos Instrumentos Reconhecidos	Novos Instrumentos Reconhecidos	Novos Instrumentos Reconhecidos
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Instrumentos Financeiros Renegociados	4.379.222	9.334.911	5.447.351	11.685.422
Operações de Crédito	4.379.222	9.334.911	5.447.351	11.685.422

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	40.574.220	43.958.103	47.784.181	49.415.900
Percentual dos Ativos Reestruturados (%) (2)	55 %	48 %	47 %	49 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	(1.613.543)	(2.688.035)	(2.053.426)	(3.240.091)

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

(2) Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Fiscais Diferidos	52.812.059	50.833.229	57.852.828	54.809.420
Impostos e Contribuições a Compensar	12.030.798	11.691.540	14.533.300	14.105.120
Total	64.842.857	62.524.769	72.386.128	68.914.540
Circulante	4.054.720	2.456.396	4.397.852	2.846.177
Não Circulante	60.788.137	60.068.373	67.988.276	66.068.363

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origem					Banco
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	70.952.716	34.316.946	-	4.810.124	(7.198.347)	31.928.723
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.463.074	1.418.511	64	614.040	(474.233)	1.558.382
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.789.989	914.441	-	380.868	(39.813)	1.255.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.718.866	1.858.284	1.102	1.197.851	(933.746)	2.123.491
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (1)	5.091.860	1.522.753	-	347.876	-	1.870.629
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	267.219	221.962	-	10.103	(111.816)	120.249
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	6.101.031	2.906.747	-	324.029	(329.278)	2.901.498
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	988.884	626.984	1.063	457.441	(652.213)	433.275
Outras Provisões Temporárias (3)	5.673.247	1.832.237	420	2.349.180	(1.739.172)	2.442.665
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	100.046.886	45.618.865	2.649	10.491.512	(11.478.618)	44.634.408
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	17.373.008	5.214.363	-	3.017.767	(54.479)	8.177.651
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	117.419.894	50.833.228	2.649	13.509.279	(11.533.097)	52.812.059

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Origem					Consolidado
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	75.901.020	36.726.915	676	5.060.486	(7.709.670)	34.078.407
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.699.309	1.505.470	266	661.316	(508.705)	1.658.347
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.756.130	975.864	33	1.566.862	(47.028)	2.495.731
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.119.791	1.994.838	2.636	1.248.871	(971.018)	2.275.327
Ágio	6.491	-	2.207	-	-	2.207
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	5.336.806	1.615.592	-	354.674	(3.625)	1.966.641
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	327.009	243.024	-	9.879	(111.828)	141.075
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	7.137.188	3.308.128	-	565.706	(528.134)	3.345.700
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.216.855	783.424	1.063	501.886	(773.556)	512.817
Outras Provisões Temporárias (3)	6.727.105	2.364.321	1.688	2.799.653	(2.080.146)	3.085.516
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	111.227.704	49.517.576	8.569	12.769.333	(12.733.710)	49.561.768
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	17.753.912	5.291.844	-	3.085.417	(86.201)	8.291.060
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	128.981.616	54.809.420	8.569	15.854.750	(12.819.911)	57.852.828

- (1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
- (2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
- (3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
- (4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R\$ 1.268 milhões no Banco e de R\$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 30 de junho de 2026, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 28.628 (31/12/2025 - R\$ 154.494)

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

22) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco
					30/06/2026
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrado
2026	2.421.838	1.953.577	62.053	-	4.437.468
2027	4.466.980	3.610.954	123.847	-	8.201.781
2028	3.710.348	2.997.678	123.555	1.616.516	8.448.097
2029	3.399.085	2.733.961	123.303	1.800.372	8.056.721
2030	2.863.573	2.290.852	65.407	2.130.419	7.350.251
2031 a 2035	7.576.564	6.061.251	22.304	2.630.344	16.290.463
Após 2036	15.154	12.123	-	-	27.278
Total	24.453.542	19.660.396	520.469	8.177.651	52.812.059

					Consolidado
					30/06/2026
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrado
2026	3.382.866	2.679.477	68.007	54.613	6.184.962
2027	5.493.049	4.434.667	135.618	32.270	10.095.603
2028	4.225.957	3.179.147	135.307	1.627.456	9.167.867
2029	3.549.637	2.832.961	134.924	1.807.724	8.325.246
2030	3.064.391	2.417.614	71.210	2.134.703	7.687.918
2031 a 2035	7.617.111	6.089.652	22.304	2.634.294	16.363.361
Após 2036	15.539	12.333	-	-	27.871
Total	27.348.550	21.645.851	567.370	8.291.060	57.852.828

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.II). A opção, que é irretratável, foi tomada pela administração em dezembro de 2025 e o estudo de realização dos créditos tributários considera 1/120 (10 anos) para as empresas Banco Santander (Brasil) S.A., Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e, considera 1/84 (7 anos) para as empresas Banco RCI Brasil S.A. e Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

A Lei Complementar 224/25 aumentou as alíquotas de CSLL para as empresas financeiras e de capitalização e essa remensuração do crédito tributário já está considerada nesta nota.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

3.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 38.301.613 (31/12/2025 - R\$ 36.863.488) no Banco e R\$ 42.379.390 (31/12/2025 - R\$ 40.180.042) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Fiscais Diferidos	6.199.030	4.809.465	7.484.906	6.746.835
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	122.588	367.543	785.874	1.340.034
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	969.822	1.234.335	4.152.693	4.655.275
Total	7.291.440	6.411.343	12.423.473	12.742.144
Circulante	982.752	1.596.407	4.715.904	3.462.330
Não Circulante	6.308.688	4.814.936	7.707.569	9.279.814

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 359.154 no Banco e R\$ 3.180.949 no Consolidado, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	7.715.796	2.389.366	1.384.448	-	3.773.814
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	3.729.649	1.764.416	397.418	(379.732)	1.782.102
Superveniência de Arrendamento Mercantil	345	5.275	-	(5.189)	86
Outros (2)	1.429.361	650.408	-	(7.381)	643.027
Total	12.875.151	4.809.465	1.781.866	(392.302)	6.199.030

	Origem				Consolidado
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	11.611.429	3.158.806	4.598.922	(3.155.528)	4.602.200
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge (1)	3.811.040	1.809.330	416.583	(405.409)	1.820.504
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.787.064	470.700	-	(23.935)	446.765
Outros (2)	2.253.313	1.307.999	36.417	(728.979)	615.437
Total	19.462.846	6.746.835	5.051.922	(4.313.851)	7.484.906

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee e dos planos de pensão.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

12) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

				Banco
				30/06/2026
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2026	378.934	266.291	66.527	711.752
2027	757.867	532.582	133.053	1.423.502
2028	757.867	532.582	133.053	1.423.502
2029	757.853	532.582	133.053	1.423.488
2030	388.506	273.951	66.527	728.984
2031 a 2035	95.870	76.604	-	172.474
Após 2036	175.187	140.141	-	315.328
Total	3.312.084	2.354.733	532.213	6.199.030

				Consolidado
				30/06/2026
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2026	510.590	285.492	81.506	877.588
2027	984.670	578.344	161.838	1.724.852
2028	987.065	579.756	161.693	1.728.514
2029	967.838	570.556	160.167	1.698.561
2030	528.366	286.288	79.763	894.417
2031 a 2035	150.116	94.310	-	244.426
Após 2036	176.047	140.501	-	316.548
Total	4.304.692	2.535.247	644.967	7.484.906

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	7.988.930	7.498.015	7.936.429	10.200.605
Participações no Lucro (1)	(1.026.521)	(983.907)	(1.463.165)	(1.400.392)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	6.962.409	6.514.108	6.473.088	8.800.037
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(3.133.084)	(2.931.349)	(2.912.889)	(3.960.017)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.266.580	1.678.931	71.542	70.334
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	917.560	774.792	1.080.787	917.344
Juros sobre o Capital Próprio	1.678.500	1.350.000	1.800.000	1.350.000
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	52.023	(15.583)	74.598
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	444.026	529.338
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(309.205)	(86.636)	(323.007)	(233.396)
Imposto de Renda e Contribuição Social	420.351	837.761	144.876	(1.251.799)
Impostos Correntes	(298.606)	(108.303)	(1.869.612)	(2.174.601)
Imposto de renda e contribuição social do período	(298.606)	(108.303)	(1.869.612)	(2.174.601)
Impostos Diferidos	(2.244.331)	927.515	(984.728)	893.273
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(2.244.331)	927.515	(984.728)	893.273
Movimentação do Período:	(54.479)	(25.347)	(54.479)	(31.292)
Base Negativa de Contribuição Social	(24.213)	(25.347)	(24.213)	(31.292)
Prejuízo Fiscal	(30.266)	-	(30.266)	-
Constituição no período sobre:	3.017.767	43.896	3.053.695	60.821
Base Negativa de Contribuição Social	1.220.230	15.865	1.218.856	30.657
Prejuízo Fiscal	1.797.537	28.031	1.834.839	30.164
Total dos impostos diferidos	718.957	946.064	2.014.488	922.802
Imposto de Renda e Contribuição Social	420.351	837.761	144.876	(1.251.799)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9%; 15% e 17,5%.

e) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesa com Cofins	1.484.785	1.536.065	2.051.347	2.099.303
Despesa com ISS	382.353	353.015	567.687	475.972
Despesa com PIS	241.278	249.611	353.672	354.888
Outras	75.896	122.338	116.726	150.112
Total	2.184.312	2.261.029	3.089.432	3.080.275

Notas Explicativas

11. Outros Ativos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	78.101.794	80.304.976	90.877.211	92.838.170
Devedores por Depósitos em Garantia:				
Para Interposição de Recursos Fiscais	6.614.894	4.861.297	8.711.455	6.921.832
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.565.654	2.902.461	1.660.849	2.997.470
Outros - Cíveis	808.704	780.178	1.021.072	989.291
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	173.239	242.904	173.239	242.904
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	65.255	45.901	65.782	46.596
Adiantamentos Salariais	515.663	107.027	596.060	523.147
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	-	5.295.079	2.972.112
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	7.920.165	7.831.380	7.920.165	7.831.380
Adiantamentos - Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (1)	2.960.517	-	2.980.081	-
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	323.668	316.071	396.927	387.886
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	255.379	263.473	526.800	488.055
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	8.302.604	17.141.209	27.139	474.005
Rendas a Receber	3.548.549	4.295.561	3.782.932	3.759.148
Outros Valores e Bens	1.570.908	1.487.750	1.676.571	1.507.012
Outros (2)	5.193.733	4.485.955	8.145.680	11.530.234
Total	117.921.222	125.066.639	133.857.538	133.509.738
Circulante	111.288.689	113.238.081	124.878.105	119.504.180
Não Circulante	6.632.533	11.828.558	8.979.434	14.005.558

- (1) Em março de 2026, o Banco efetuou o pagamento, à vista, de contribuição extraordinária ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), conforme determinação regulatória aplicável às instituições financeiras associadas. Essa contribuição extraordinária possui caráter não recorrente e será integralmente deduzida das contribuições ordinárias periódicas devidas ao FGC em períodos subsequentes, conforme regulamentação vigente.
- (2) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado do Período	1.311.352	1.256.628	1.311.018	1.211.941

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo (1)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	141.488.752	151.083.884	135.851.216	138.238.570
Ativo Permanente	29	-	-	-
Total do Ativo	141.488.781	151.083.915	135.851.216	138.238.570
Passivo				
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	113.843.838	117.564.694	105.608.339	107.399.778
Patrimônio Líquido	27.644.943	33.519.221	30.242.877	30.838.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	141.488.781	151.083.915	135.851.216	138.238.570

(1) A moeda funcional é o Real.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

13. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2026	
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Controladas pelo Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.673	14.067.673	99,99 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda.	Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	545.236	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	610	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	43.044	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A					
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	-	50,00 %	50,00 %

Notas Explicativas

					30/06/2026
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Influência Significativa do Banco Santander					
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
Gás S.A. (Anteriormente denominada América Gestão Serviços em Energia S.A.)	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbone S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %
Fundos de Investimentos Consolidados					
- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas); - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina); - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá); - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo; - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1); - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies); - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (2); - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (2); - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; - Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios; - Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2); - Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada; - D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (2); - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus; - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (2); - Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada; - San Preca Federal I Fundo De Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada; - Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada; - Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo; - Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; - Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada; - Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio - Fiagro - Resp Limitada; e
- Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
- (2) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	Banco
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Controladas do Banco Santander						
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	4.807.649	361.088	4.807.649	4.708.950	359.893	901.120
Banco RCI Brasil S.A.	1.415.415	149.582	564.622	502.205	59.670	45.124
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	237.251	(5.321)	237.251	243.560	(6.309)	16.140
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	384.851	8.920	384.851	375.520	6.223	273.847
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.179.377	348.646	1.179.377	1.179.837	348.646	323.805
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.317.747	328.741	1.317.747	989.007	328.741	175.780
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.170.459	64.891	1.170.456	1.106.652	64.891	40.396
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	6.891.626	655.903	6.891.626	6.376.378	655.903	1.084.689
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.603.098	541.988	10.603.098	10.249.940	541.988	381.681
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	597.997	13.625	597.997	225.219	10.066	15.014
Influência Significativa do Banco Santander						
Núcleo S.A.	1.830.759	330.844	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A	3.346.540	274.385	1.808.390	1.856.699	54.877	56.735
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	818.648	62.553	199.750	-	15.263	-
Outros (1)	1.582.298	284.577	951.498	2.483.556	316.773	360.116
Total	36.183.714	3.420.423	31.035.244	30.611.957	2.814.622	3.730.957

(1) Compreende os investimentos na Rojo Entretenimento S.A., BEN Benefícios, SX Negócios Ltda., Gestora de Crédito, F1rst Tecnologia e Inovação Ltda., SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda, Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (incorporada no Banco em abril/2026), Esfera Fidelidade S.A. (incorporada no Banco em junho/2026), Santander Holding Imobiliária S.A. (incorporada na Tools em abril/2026) referentes aos exercícios de 2025 e 2026.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado (1)	Lucro Líquido (Prejuízo) (1)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	22.905	(15.792)	3.816	3.946	(2.631)	(3.107)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	282.147	(28.162)	43.902	48.284	(4.382)	(1.219)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	8.332	1.348	4.166	3.492	674	352
Santander Auto S.A.	141.716	64.358	70.858	56.745	32.179	13.531
Tecnologia Bancária S.A.	1.046.744	55.601	198.672	188.119	10.553	762
Influência Significativa do Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	565.210	25.720	169.563	187.110	7.716	35.337
Influência Significativa do Banco Santander						
Núcleo S.A.	1.830.759	330.844	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.346.540	274.385	1.808.389	1.856.700	54.877	56.734
Outros	-	(4.300)	-	74.785	2.000	-
Total	7.244.352	704.002	2.620.298	2.733.615	158.983	156.299

(1) Refere-se ao patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido com ajustes de adequação de critérios contábeis assegurando que os números representem corretamente a posição financeira e o resultado das entidade perante os órgãos reguladores.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

14. Imobilizações de Uso

	30/06/2026			Banco		
				31/12/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.316.380	(1.099.972)	1.216.408	2.312.767	(1.070.979)	1.241.788
Terrenos	588.192	-	588.192	588.688	-	588.688
Edificações	1.728.188	(1.099.972)	628.216	1.724.079	(1.070.979)	653.100
Outras Imobilizações de Uso	12.099.914	(8.452.393)	3.647.521	11.169.690	(8.330.511)	2.839.179
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	5.508.990	(3.838.700)	1.670.290	4.833.152	(3.791.690)	1.041.462
Equipamentos de Processamento de Dados	2.650.548	(1.652.618)	997.930	2.430.919	(1.592.195)	838.724
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.905.496	(2.280.700)	624.796	2.979.900	(2.297.436)	682.464
Sistemas de Segurança e Comunicações	906.482	(636.045)	270.437	846.051	(608.010)	238.041
Outras	128.398	(44.330)	84.068	79.668	(41.180)	38.488
Total	14.416.294	(9.552.365)	4.863.929	13.482.457	(9.401.490)	4.080.967

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 31e.

	30/06/2026			Consolidado		
				31/12/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.579.917	(1.170.322)	1.409.595	2.553.062	(1.148.786)	1.404.276
Terrenos	626.506	-	626.506	627.002	-	627.002
Edificações	1.953.411	(1.170.322)	783.089	1.926.060	(1.148.786)	777.274
Outras Imobilizações de Uso	12.372.952	(8.657.884)	3.715.068	11.462.270	(8.523.258)	2.939.012
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	5.614.775	(3.903.947)	1.710.828	4.915.175	(3.839.514)	1.075.661
Equipamentos de Processamento de Dados	2.659.911	(1.668.032)	991.879	2.460.985	(1.615.231)	845.754
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.058.954	(2.401.475)	657.479	3.155.379	(2.414.988)	740.391
Sistemas de Segurança e Comunicações	910.886	(640.071)	270.815	851.018	(612.317)	238.701
Outras	128.426	(44.359)	84.067	79.713	(41.208)	38.505
Total	14.952.869	(9.828.206)	5.124.663	14.015.332	(9.672.044)	4.343.288

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 31e.

Notas Explicativas

15. Intangível

			30/06/2026	Banco 31/12/2025
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.175.668)	44.847	41.771
Outros Ativos Intangíveis	15.013.396	(7.466.005)	7.547.391	7.715.297
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.890.176	(4.648.245)	5.241.931	5.170.483
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.949.840	(2.644.380)	2.305.460	2.544.814
Outros	173.380	(173.380)	-	-
Total	42.233.911	(34.641.673)	7.592.238	7.757.068

			30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.171.012	(27.831.458)	339.554	375.328
Outros Ativos Intangíveis	15.755.212	(7.931.842)	7.823.370	8.026.627
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	10.631.114	(5.111.393)	5.519.721	5.481.351
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.949.841	(2.644.380)	2.305.461	2.544.813
Outros	174.257	(176.069)	(1.812)	463
Total	43.926.224	(35.763.300)	8.162.924	8.401.955

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

					30/06/2026	Banco 31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	94.979.892	127.543.848	101.199.934	183.127.270	506.850.944	491.380.199
Depósitos à Vista	39.698.617	-	-	-	39.698.617	36.555.296
Depósitos de Poupança	51.234.225	-	-	-	51.234.225	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	6.438.105	2.512.929	668.504	9.619.538	5.930.758
Depósitos a Prazo (1)	4.047.050	121.105.743	98.687.005	182.458.766	406.298.564	395.818.672
Captações no Mercado Aberto	-	141.541.085	19.024.200	26.637.879	187.203.164	170.173.383
Carteira Própria	-	63.162.709	173.394	5.483	63.341.586	71.635.054
Títulos Públicos	-	40.792.393	-	-	40.792.393	52.728.329
Emissão Própria	-	84.577	-	-	84.577	14.498
Outros	-	22.285.739	173.394	5.483	22.464.616	18.892.227
Carteira de Terceiros	-	78.378.376	-	-	78.378.376	51.044.217
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.850.806	26.632.396	45.483.202	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	27.195.759	58.260.734	103.688.110	189.144.603	196.136.536
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	14.573.450	48.710.900	75.891.192	139.175.542	140.167.142
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.066.019	19.214.884	29.576.128	53.857.031	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.887.123	14.830.294	15.907.303	36.624.720	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.863.010	13.727.424	26.537.929	42.128.363	38.233.835
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.757.298	938.298	3.869.832	6.565.428	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	10.001.125	5.688.000	12.730.061	28.419.186	36.595.716
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.621.184	3.861.834	15.066.857	21.549.875	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	101.307.995	14.190.683	9.823.374	125.322.052	113.294.094
Obrigações por Empréstimos no País	-	857.804	-	-	857.804	263.615
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	98.865.364	11.893.436	3.993.174	114.751.974	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	98.865.364	11.893.436	3.810.649	114.569.449	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	182.525	182.525	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.584.827	2.297.247	5.830.200	9.712.274	10.742.445
Total	94.979.892	397.588.687	192.675.551	323.276.633	1.008.520.763	970.984.212
Circulante	94.979.892	397.588.687	192.675.551	-	685.244.130	657.425.296
Não Circulante	-	-	-	323.276.633	323.276.633	313.558.916

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

					30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	94.326.668	127.620.878	99.161.294	183.380.545	504.489.385	491.090.287
Depósitos à Vista	38.742.742	-	-	-	38.742.742	35.960.378
Depósitos de Poupança	51.234.225	-	-	-	51.234.225	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	6.484.349	577.548	921.781	7.983.678	6.039.800
Depósitos a Prazo (1)	4.047.050	121.136.529	98.583.746	182.458.764	406.226.089	395.713.323
Outros Depósitos	302.651	-	-	-	302.651	301.313
Captações no Mercado Aberto	-	121.175.908	19.024.200	26.637.877	166.837.985	149.752.695
Carteira Própria	-	45.643.321	173.394	5.481	45.822.196	58.667.943
Títulos Públicos	-	23.273.005	-	-	23.273.005	39.761.217
Emissão Própria	-	84.577	-	-	84.577	14.498
Outros	-	22.285.739	173.394	5.481	22.464.614	18.892.228
Carteira de Terceiros	-	75.532.587	-	-	75.532.587	43.590.640
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.850.806	26.632.396	45.483.202	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	21.078.999	59.805.717	109.991.578	190.876.294	188.255.278
Recursos de Aceites Cambiais	-	159.208	366.118	4.218.539	4.743.865	3.428.239
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	15.008.508	50.959.082	82.244.163	148.211.753	147.400.729
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.066.019	19.214.884	29.576.128	53.857.031	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.887.123	14.830.294	15.907.303	36.624.720	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.298.067	15.975.606	32.890.900	51.164.573	45.467.422
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.757.299	938.298	3.869.832	6.565.429	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.290.099	4.618.683	8.462.020	16.370.802	18.052.632
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.621.184	3.861.834	15.066.856	21.549.874	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	101.313.360	14.190.683	9.823.374	125.327.417	113.294.107
Obrigações por Empréstimos no País	-	863.169	-	-	863.169	263.628
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	98.865.364	11.893.436	3.993.174	114.751.974	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	98.865.364	11.893.436	3.810.649	114.569.449	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	182.525	182.525	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.584.827	2.297.247	5.830.200	9.712.274	10.742.445
Total	94.326.668	371.189.145	192.181.894	329.833.374	987.531.081	942.392.367
Circulante	94.326.668	371.189.145	192.181.894	-	657.697.707	622.752.717
Não Circulante	-	-	-	329.833.374	329.833.374	319.639.650

- (1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- (2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2026 e 2034).
- (3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2036 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2026 e 2035).
- (4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045(31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2026 e 2045).

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2028 (31/12/2025 - até o ano de 2028) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,04% a 0,66% a.a (31/12/2025 - de 0,10% a.a. a 0,78% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2026	Banco 31/12/2025	30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
			Total	Total	Total	Total
2019	2027	Até 15%	407.970	450.922	-	-
2020	2027	Até 15%	5.889	8.186	-	-
2021	2031	Até 15%	2.511.480	2.744.259	2.453.757	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.258.016	1.388.517	1.185.095	1.247.459
2023	2031	Até 15%	2.468.411	5.695.438	318.498	2.022.920
2024 (1)	2033	Até 15%	4.024.392	5.387.441	2.221.341	2.568.847
2025	2040	Até 15%	5.467.091	20.920.953	4.483.212	9.604.861
2026	2036	Até 15%	12.275.937	-	5.708.899	-
Total			28.419.186	36.595.716	16.370.802	18.052.632

(1) Inclui SOFR - Secured Overnight Financing Rate.

c) Abertura de contas de resultado - Operações de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	23.878.337	20.499.399	23.895.463	20.517.575
Depósitos de Poupança	1.959.197	2.023.339	1.959.197	2.023.339
Depósitos Interfinanceiros	622.828	367.803	503.098	347.477
Captação no Mercado Aberto (2)	17.858.363	16.272.074	16.698.875	15.383.257
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	161.702	162.934
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	5.320.032	5.411.951	6.107.927	5.944.273
Outras	1.624.336	1.364.115	1.626.759	1.404.952
Total	51.263.093	45.938.681	50.953.021	45.783.807

(1) Inclui o registro de juros no valor de R\$ 2.170.837 (31/12/2025 - R\$ 3.683.973) no Banco e R\$ 2.185.715 (31/12/2025 - R\$ 3.714.074) no Consolidado referentes à emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ (674.767) (31/12/2025 - R\$ 478.899) no Banco e R\$ (674.767) (31/12/2025 - R\$ 478.899) no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.a.V).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

17. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	30/06/2026	Banco 31/12/2025	30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	698.199	1.803.649	9.551.000	12.471.629
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.657.370	28.113.937	31.861.904	28.318.507
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.716.974	208.911	13.765.602	253.070
Relações Interdependências e Interfinanceiras	7.609.746	5.771.630	6.928.995	5.012.353
Total	53.682.289	35.898.127	62.107.501	46.055.559
Circulante	29.966.851	15.766.598	37.608.133	13.645.091
Não Circulante	23.715.438	20.131.529	24.499.368	32.410.469

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					30/06/2026	Banco 31/12/2025	30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	10.057.637	9.321.771	10.057.637	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	379.212	351.467	379.212	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	8.690.325	8.070.433	8.690.325	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.600	CDI+1,4%	7.964.974	7.982.784	7.964.974	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	R\$2.363	CDI+0,65%	2.385.257	2.387.482	2.385.257	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	—	—	204.534	204.570
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R\$708	CDI+0,55%	734.244	—	734.244	—
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R\$43	IPCA+8%	44.751	—	44.751	—
Letras Financeiras - Nível II (1)	abr-26	abr-36	R\$20	CDI+0,55%	20.573	—	20.573	—
Letras Financeiras - Nível II (1)	mai-26	mai-36	R\$706	CDI+0,6%	714.499	—	714.499	—
Letras Financeiras - Nível II (1)	jun-26	jun-36	R\$660	CDI+0,6%	665.898	—	665.898	—
Total					31.657.370	28.113.937	31.861.904	28.318.507

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a junho 2026 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Notas Explicativas

18. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.118.152	4.186.184
Obrigações com Cartões de Crédito	56.626.545	57.163.191	56.626.564	57.163.240
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20.b)	2.641.047	2.249.263	2.805.363	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	7.709.271	6.607.012	8.503.811	7.324.839
Ações Trabalhistas	4.368.584	3.463.165	4.798.872	3.856.501
Ações Cíveis	3.340.687	3.143.847	3.704.939	3.468.338
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.213.726	1.191.510	1.213.726	1.191.510
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.005.004	1.344.742	1.013.324	1.357.203
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	9.064	4.538	9.064	4.538
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.204.297	2.430.739	3.389.408	3.670.396
Despesas de Pessoal	1.928.460	2.135.181	2.645.297	2.843.704
Despesas Administrativas	175.168	195.322	512.987	581.184
Outros Pagamentos	100.669	100.236	231.124	245.508
Credores por Recursos a Liberar	1.431.131	1.165.415	1.431.131	1.165.415
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	555.329	546.483	555.329	546.483
Fornecedores	947.340	713.897	1.209.490	1.108.783
Sociais e Estatutárias	414.157	1.030.413	424.139	1.193.786
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.472.029	1.488.261
Credores Diversos	14.262.959	13.497.959	14.672.668	18.450.881
Outros (1)	1.022.928	904.528	3.212.060	2.568.949
Total	90.042.798	88.849.690	100.656.258	103.875.756
Circulante	15.191.160	4.838.947	25.126.556	18.903.041
Não Circulante	74.851.639	84.010.743	75.529.703	84.972.715

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com a regra supracitada.

	Banco/Consolidado	
	Saldo Garantias Prestadas	
Tipo de Garantia Financeira	30/06/2026	31/12/2025
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.299.692	3.950.308
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	23.841.703	22.583.515
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	24.523.218	17.852.717
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	648.750	650.000
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.791.147	1.582.074
Outros Avais	527.795	343.810
Outras Fianças Bancárias	10.859.208	15.666.969
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.024.499	7.396.671
Total	74.516.012	70.026.064

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

		Banco/ Consolidado
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	1.191.510	605.207
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	-	1.335.395
Reversão (Constituição) líquida	23.006	(625.323)
Outras	(790)	(1.858)
Saldo Final	1.213.726	1.313.421

19. Hierarquia do Valor Justo

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. No nível 2 são classificados, principalmente por Reservas no Banco Central do Brasil (Compromissadas). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, por Títulos Públicos (NTN-C), os derivativos não negociados em bolsa que não possuem informações observáveis num mercado ativo e alguns derivativos estruturados.

				Consolidado 30/06/2026
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	90.990.576	146.029.070	3.878.349	240.897.995
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	101.581.383	—	101.581.383
Títulos e Valores Mobiliários	90.990.576	18.792.304	2.922.759	112.705.639
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	25.655.383	955.590	26.610.973
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	57.727.710	34.765	2.630.701	60.393.176
Títulos e Valores Mobiliários	57.727.710	34.765	2.630.701	60.393.176
Passivos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	—	21.216.324	1.169.732	22.386.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	21.216.324	1.169.732	22.386.056

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	83.374.121	164.041.299	3.387.737	250.803.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	89.994.937	—	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	83.374.121	15.816.608	2.873.642	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	58.229.754	514.095	58.743.849
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	65.195.928	—	2.485.602	67.681.530
Títulos e Valores Mobiliários	65.195.928	—	2.485.602	67.681.530
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	—	51.864.432	893.610	52.758.042
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	51.864.432	893.610	52.758.042

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de *credit default swaps* comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses *credit default swaps* refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026:

	Consolidado				
	30/06/2026				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	67.173.334	67.173.334	55.137.039	12.036.295	-
Títulos e Valores Mobiliários	129.525.093	128.280.661	62.132.337	-	66.148.324
Operações de Crédito	457.758.778	457.819.951	-	-	457.819.951
Total	654.457.205	653.273.946	117.269.376	12.036.295	523.968.275

	Consolidado				
	31/12/2025				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.452.242	38.452.242	35.293.180	3.159.062	-
Títulos e Valores Mobiliários	117.944.134	118.026.092	53.800.290	2.403	64.223.399
Operações de Crédito	462.212.788	462.167.464	-	-	462.167.464
Total	618.609.164	618.645.798	89.093.470	3.161.465	526.390.863

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026:

	Consolidado 30/06/2026				
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	504.489.385	504.480.849	-	-	504.480.849
Captações no Mercado Aberto	166.837.985	166.814.777	-	166.814.777	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	190.876.294	188.297.232	-	-	188.297.232
Obrigações por Empréstimos e Repasses	125.327.417	125.327.417	-	-	125.327.417
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.861.904	31.861.904	-	-	31.861.904
Total	1.019.392.985	1.016.782.179	-	166.814.777	849.967.402

					Consolidado
					31/12/2025
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	491.090.287	491.107.325	-	-	491.107.325
Captações no Mercado Aberto	149.752.695	149.775.866	-	149.775.866	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	188.255.278	190.284.222	-	-	190.284.222
Obrigações por Empréstimos e Repasses	113.294.107	113.294.107	-	-	113.294.107
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.318.507	28.318.507	-	-	28.318.507
Total	970.710.874	972.780.027	-	149.775.866	823.004.161

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2026	Banco	30/06/2026	Consolidado
		31/12/2025		31/12/2025
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 18)	2.641.047	2.249.263	2.805.363	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	7.709.271	6.607.012	8.503.811	7.324.839
Ações Trabalhistas	4.368.584	3.463.165	4.798.872	3.856.501
Ações Cíveis	3.340.687	3.143.847	3.704.939	3.468.338
Total	10.350.318	8.856.275	11.309.174	9.780.127

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

	Banco			Banco		
	01/01 a			01/01 a		
	30/06/2026			30/06/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas (3)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.249.263	3.463.165	3.143.847	2.824.081	2.609.381	3.014.320
Constituição Líquida de Reversão	388.280	2.011.536	493.710	253.328	1.387.743	401.273
Atualização Monetária	42.637	85.955	133.901	76.456	30.209	139.097
Baixas por Pagamento	(39.133)	(1.192.072)	(430.771)	(62.519)	(1.003.139)	(283.015)
Saldo Final	2.641.047	4.368.584	3.340.687	3.091.346	3.024.194	3.271.675
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	826.773	570.412	300.770	1.960.306	513.558	291.777
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	11.052	58.669	6.878	2.802	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	837.825	629.081	307.648	1.963.108	516.396	293.499

Notas Explicativas

	Consolidado			Consolidado		
	01/01 a			01/01 a		
	30/06/2026			30/06/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas (3)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.455.288	3.856.501	3.468.337	3.032.613	2.968.667	3.340.948
Constituição Líquida de Reversão	403.368	2.156.294	655.818	258.056	1.489.954	558.555
Atualização Monetária	46.983	99.416	137.156	80.418	34.387	142.297
Baixas por Pagamento	(100.277)	(1.313.339)	(556.372)	(81.369)	(1.059.281)	(391.853)
Saldo Final	2.805.363	4.798.872	3.704.939	3.289.718	3.433.727	3.649.947
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.331.311	600.417	313.871	3.372.103	540.919	299.924
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	12.505	58.669	6.878	4.147	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.343.816	659.086	320.749	3.376.250	543.757	301.646

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 7.010 milhões e no Consolidado é R\$ 7.846 milhões.

(3) No segundo trimestre, o Banco revisou a metodologia e os parâmetros utilizados na mensuração das contingências trabalhistas (massificadas). A reavaliação, adotada de forma prospectiva, reflete a melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 167 milhões (31/12/2025 - R\$ 163 milhões) no Banco e R\$ 172 milhões (31/12/2025 - R\$ 167 milhões) no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras – R\$ 367 milhões (31/12/2025 - R\$ 321 milhões) no Banco e R\$ 377 milhões (31/12/2025 - R\$ 335 milhões) no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e**.

PIS e COFINS - Remuneração sobre Depósitos Compulsórios – R\$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R\$ 995 milhões) no Banco e R\$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R\$ 995 milhões) no Consolidado e está integralmente provisionado. A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do PIS e da COFINS sobre a remuneração dos depósitos compulsórios realizados junto ao BACEN. Em 2024, foi proferida sentença favorável, a qual foi objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são estimadas por meio de modelo estatístico. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo a com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério

Notas Explicativas

anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 38.091 milhões (31/12/2025 - R\$ 37.811 milhões) no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido é de R\$ 2.448 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 12.260 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 3.767 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 6.506 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 1.190 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 2.835 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 860 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2026 , o valor era de aproximadamente R\$ 740 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF.

Em 30 de junho de 2026,o valor era de aproximadamente R\$ 495 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.518 milhões e R\$ 2.108 milhões, respectivamente, no Consolidado.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações			Em Milhares de Ações		
	30/06/2026			31/12/2025		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	116.388	142.349	258.737	129.745	155.583	285.328
De Domiciliados no Exterior	3.702.307	3.537.487	7.239.794	3.688.950	3.524.253	7.213.203
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(5.502)	(5.502)	(11.004)	(13.666)	(13.665)	(27.331)
Total em Circulação	3.813.193	3.674.334	7.487.527	3.805.029	3.666.171	7.471.200

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada período, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do período social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve distribuição de dividendos.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no semestre findo em 30 de junho de 2026 calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações:

30/06/2026							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	2.000.000	254,62	280,08	534,70	210,06	231,07	441,13
Total	4.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026, pagos no dia 05 de maio de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

31/12/2025							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	7.620.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Notas Explicativas

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander possuía 370.081.724 ações ordinárias e 397.886.134 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	Em Milhares de Ações
	30/06/2026	31/12/2025
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	19.451
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(8.164)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período	5.502	13.666
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 489.369	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 491.140	719.560

Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,18	27,33
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$ 30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio	Patrimônio	Resultado	Resultado
	Líquido Ajustado	Líquido Ajustado	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Banco RCI Brasil S.A.	850.793	756.740	89.913	67.996
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	442.526	393.709	48.817	46.528
Rojo Entretenimento S.A.	9.761	9.385	592	301
Fit Economia de Energia S.A.	(31.249)	(20.682)	(10.567)	(6.870)
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A. (Anteriormente denominada América Gestão Serviços em Energia S.A.)	2.007	3.056	(1.050)	630
Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo	1.398.350	1.007.819	97.688	59.040
Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	—	—	—	9.133
Total	2.672.188	2.150.027	225.393	176.758

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2026.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no semestre findo em 30 de junho de 2026, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Remuneração Fixa	64.925	55.408	78.713	72.035
Remuneração variável - Em espécie	73.412	64.763	81.049	72.933
Remuneração variável - Em ações	66.779	61.211	68.121	62.940
Outras	49.041	50.343	60.737	55.973
Total Benefícios de Curto Prazo	254.157	231.725	288.620	263.881
Remuneração variável - Em espécie	102.596	95.365	112.715	103.952
Remuneração variável - Em ações	92.906	89.385	95.520	92.048
Total Benefícios de Longo Prazo	195.502	184.750	208.235	196.000
Total	449.659	416.475	496.855	459.881

Adicionalmente, em 2026 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 24.231.

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Notas Explicativas

	Em Milhares de Ações 30/06/2026					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	—	— %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.941	0,1 %	2.941	0,1 %	5.882	0,1 %
Outros	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %
Total em Circulação	3.813.193	99,9 %	3.674.334	99,9 %	7.487.528	99,9 %
Ações em Tesouraria	5.502	0,1 %	5.502	0,2 %	11.004	0,1 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

	Em Milhares de Ações 31/12/2025					
Acionistas	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	(%)	Total Ações	(%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	—	— %	2.696	— %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	3.805.028	99,6 %	3.666.169	99,6 %	7.471.199	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.333	0,4 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.835	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

4 Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controlador (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	22.227.466	10.866.589	165.672.355	136.400.630	86.063	64.173	187.985.883	147.331.392
Disponibilidades	1.010.171	1.207.103	142.097	156.837	-	-	1.152.268	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.306.290	9.464.128	93.383.600	84.141.506	-	-	109.689.890	93.605.634
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	30.813.564	5.255.941	9.246	-	30.822.811	5.255.941
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.389.201	-	5.967.947	1.279.617	-	-	10.357.148	1.279.617
Relações Interfinanceiras	-	-	25.574.617	25.289.992	-	-	25.574.617	25.289.992
Operações de Crédito (4)	-	-	743.195	230.738	51.129	36.106	794.324	266.844
Negociação e Intermediação de Valores	332.500	193.861	109.450	115.969	-	-	441.950	309.830
Rendas a Receber	-	-	2.311.529	2.955.644	-	-	2.311.529	2.955.644
Outros Ativos - Diversos	189.304	1.497	6.626.356	16.974.386	-	-	6.815.659	16.975.883
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	(5.643.091)	(4.376.084)	(50.377.835)	(51.327.680)	(371.828)	(727.798)	(56.392.754)	(56.431.563)
Depósitos	(3.120.943)	(4.352.431)	(6.235.551)	(5.148.809)	(107.718)	(71.816)	(9.464.212)	(9.573.055)
Operações Compromissadas	-	-	(23.136.319)	(17.812.599)	(200)	-	(23.136.519)	(17.812.599)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(12.574.284)	(19.068.984)	(122.293)	(57.027)	(12.696.577)	(19.126.012)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.513.275)	-	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(3.548.861)	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(181)	-	(473.244)	-	-	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(8.872)	(23.472)	(7.396.095)	(8.073.269)	(141.617)	(598.956)	(7.546.585)	(8.695.696)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado	1.542.069	2.476.843	5.391.159	2.806.254	(585.159)	(67.639)	6.348.069	5.215.458
Resultado da Intermediação Financeira	1.581.376	2.627.010	6.206.671	3.856.793	(1.225)	(1.151)	7.786.822	6.482.652
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.307)	(150.166)	(815.512)	(1.050.539)	(583.934)	(66.488)	(1.438.753)	(1.267.193)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Controlador (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	22.227.466	10.866.589	29.557.343	28.796.071	123.666	64.173	51.908.475	39.726.833
Disponibilidades	1.010.171	1.207.103	142.097	156.837	-	-	1.152.268	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.306.290	9.464.128	-	-	-	-	16.306.290	9.464.128
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	96.006	99.694	45.338	-	141.344	99.694
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.389.201	-	-	-	-	-	4.389.201	-
Relações Interfinanceiras	-	-	26.251.513	26.042.398	-	-	26.251.513	26.042.398
Operações de Crédito (4)	-	-	421.301	-	52.641	36.106	473.941	36.106
Negociação e Intermediação de Valores	332.500	193.861	109.450	115.969	-	-	441.950	309.830
Rendas a Receber	-	-	1.896.617	1.837.968	-	-	1.896.617	1.837.968
Outros Ativos - Diversos	189.304	1.497	640.359	543.204	-	-	829.663	544.701
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	(5.643.091)	(4.376.084)	(13.483.083)	(13.612.230)	(374.925)	(1.534.364)	(19.501.098)	(19.522.677)
Depósitos	(3.120.943)	(4.352.431)	(1.984.119)	(2.461.839)	(107.718)	(72.459)	(5.212.780)	(6.886.729)
Operações Compromissadas	-	-	(2.771.140)	(1.559.050)	(200)	-	(2.771.340)	(1.559.050)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(525.900)	(525.900)	(122.293)	(57.027)	(648.193)	(582.927)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.513.275)	-	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(3.548.861)	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(181)	-	(473.244)	-	-	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(8.872)	(23.472)	(7.166.338)	(7.841.421)	(144.713)	(1.404.878)	(7.319.924)	(9.269.771)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado	1.542.069	2.466.843	(264.792)	287.636	(1.189.539)	268.896	87.738	3.023.377
Resultado da Intermediação Financeira	1.581.376	2.617.010	(223.468)	(181.108)	(1.201)	(1.223)	1.356.707	2.434.679
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.307)	(150.166)	(41.324)	468.744	(1.188.338)	270.119	(1.268.969)	588.698

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
(2) Empresas relacionadas na nota 13.
(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.
(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$ 32.032.077 de limites concedidos às suas coligadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Administração de Recursos	332.424	223.137	1.074.445	846.303
Serviços de Conta Corrente	1.971.093	2.110.711	1.968.803	2.111.308
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	560.227	573.344	925.958	906.752
Operações de Crédito ⁽¹⁾	125.862	130.604	489.512	459.020
Rendas de Garantias Prestadas	434.365	442.740	436.446	447.732
Comissões de Seguros	1.321.906	1.021.744	1.940.612	1.954.359
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.717.705	3.457.505	3.766.967	3.475.785
Cobrança e Arrecadações	533.302	554.209	584.757	566.707
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	796.206	675.779	934.864	797.705
Outras	242.596	239.779	241.199	290.152
Total	9.475.459	8.856.208	11.437.605	10.949.071

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	2.063.342	2.043.595	2.647.056	2.851.663
Encargos	767.447	751.269	1.131.046	1.109.597
Benefícios	541.746	563.522	848.564	883.316
Treinamento	18.278	15.931	31.996	33.489
Outras	-	20	-	715
Total	3.390.813	3.374.337	4.658.662	4.878.780

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Depreciações e Amortizações	1.675.738	1.564.406	1.782.449	1.696.019
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.301.087	2.261.763	1.787.018	1.861.316
Comunicações	110.764	117.568	117.261	125.026
Processamento de Dados	2.167.661	1.895.534	2.105.398	1.649.347
Propaganda, Promoções e Publicidade	202.665	223.041	259.903	299.207
Aluguéis	197.320	306.266	208.055	314.702
Manutenção e Conservação de Bens	107.788	119.881	122.153	133.575
Água, Energia e Gás	72.113	84.286	79.793	91.114
Material	44.920	44.333	46.913	46.443
Outras	964.875	856.533	521.111	509.539
Total	7.844.931	7.473.611	7.030.054	6.726.288

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

26. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Atualizações monetárias (1)	725.820	244.471	797.706	318.864
Comissões	(951.346)	(843.092)	(1.112.899)	(933.390)
Corretagens e Emolumentos	(63.742)	(43.902)	(52.360)	(45.181)
Despesas com Cartórios	(2.341)	(2.370)	(178.371)	(155.350)
Despesa com Formalização de Negócios	(96.657)	(85.297)	(96.657)	(85.297)
Despesas Judiciais e Custas	(188.640)	(136.766)	(190.427)	(137.709)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(67.631)	(64.354)	(69.234)	(65.563)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(46.752)	(39.844)	(45.406)	(38.492)
Fiscais	(61.809)	12.883	(76.897)	8.155
Trabalhistas	(2.011.536)	(1.387.743)	(2.156.294)	(1.489.954)
Cíveis	(493.710)	(401.273)	(655.818)	(558.555)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	65.482	102.327	380.936	492.027
Resultado com Cartões	(1.055.605)	(1.666.132)	(1.888.598)	(1.227.745)
Recuperação de Encargos e Despesas	402.912	505.563	602.098	718.206
Outras (2)	(1.134.815)	(1.174.348)	(1.869.841)	(1.509.664)
Total	(4.980.370)	(4.979.877)	(6.612.062)	(4.709.648)

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025 inclui, principalmente, atualização monetária sobre Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar.

(2) No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025, inclui, principalmente, despesas com taxas e outras provisões.

Notas Explicativas

27. Variações Patrimoniais (Líquidas)

	01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	(1.053.154)	(479.107)	(1.029.202)	(476.927)
Operações de Crédito	6.335.901	7.860.284	6.533.555	8.022.481
Captações	(674.767)	1.628.446	(674.767)	1.717.094
Empréstimos e Repasses	(2.162.504)	(4.649.564)	(2.162.347)	(4.662.047)
Total	2.445.476	4.360.059	2.667.239	4.600.601

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.093	-	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	87.381	99.308	84.689	113.002
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	1.786	2.037	1.142	20.306
Despesas com Bens não de Uso	(42.683)	(42.252)	(42.684)	(42.747)
Ganhos (Perdas) de Capital	(291)	6.644	14.485	2.471
Outras Receitas (Despesas) (1)	(56.170)	11.995	(70.456)	6.485
Total	(9.977)	78.825	(12.824)	100.610

(1) Refere-se ao pagamento adicional pela aquisição da Toro.

Notas Explicativas

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev**

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 01 de outubro de 1994.

Plano II: plano de benefício definido custeado pelo Banco Santander e participantes, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975 e migrados do Plano I. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Planos DCA, DAB e CACIBAN: complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Noroeste. Plano fechado para novas adesões desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável instituído em 01 de julho de 1996. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- **Bandeprev - Bandepe Previdência Social**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em Plano Básico, Plano Especial 1 e Plano especial 2 com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

Notas Explicativas

Planos de Contribuição Definida

A **SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída na forma das normas legais em vigor, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi, embora tenha características de Contribuição Definida, está classificado na modalidade de Contribuição Variável em decorrência de 09 (nove) rendas mensais vitalícias, não havendo novas concessões nessa modalidade. O Plano está fechado para novas adesões desde julho de 2018, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores vertidos pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 27.984 no Banco e R\$ 30.401 no Consolidado.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02/01/2018, o Santander oferece um programa de previdência complementar opcional para novos funcionários e/ou funcionários sem inscrição em outros planos do Conglomerado Santander Brasil.

O programa inclui as modalidades PGBL e VGBL, administradas pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., abertas para novas adesões. As contribuições são compartilhadas entre as empresas instituidoras/averbadoras. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 16.691 no Banco e R\$ 17.153 no Consolidado.

- Ex-Empregados do Banespa**

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.488 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), foram aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	30/06/2026			Banco 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.043.185)	(2.594)	(1.298.265)	(21.246.287)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.455.478	3.832	2.013.093	22.460.885	3.675	2.156.838
	1.412.293	1.238	714.828	1.214.598	1.008	849.848
Sendo:						
Superávit	1.812.749	1.238	714.828	1.878.800	1.008	849.848
Déficit	(400.456)	—	—	(755.023)	—	—
Valor não Reconhecido como Ativo	1.503.405	1.238	700.504	1.575.854	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	309.344	—	14.324	302.946	—	13.125
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(400.456)	—	—	(755.023)	—	—
Contribuições Efetuadas	270.878	—	33	644.248	—	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(19.614)	(1)	703	(38.956)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.890.229)	912	11.158	(3.026.048)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.176.358	327	(44.676)	943.062	640	302.714

Notas Explicativas

	30/06/2026			Consolidado		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.434.735)	(2.594)	(1.298.265)	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.081.703	3.832	2.013.093	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.646.968	1.238	714.828	1.484.660	1.008	849.848
Sendo:						
Superávit	2.055.744	1.238	714.828	2.161.323	1.008	849.848
Déficit	(408.776)	—	—	(767.484)	—	—
Valor não Reconhecido como Ativo	1.673.141	1.238	700.504	1.786.562	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	382.603	—	14.324	374.761	—	13.125
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(408.776)	—	—	(767.484)	—	—
Contribuições Efetuadas	270.878	—	33	644.248	—	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(17.571)	(1)	703	(44.707)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.968.139)	912	11.158	(3.101.708)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.154.628	327	(44.676)	1.004.373	640	302.714

Notas Explicativas

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2026			Banco		
				31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(709.423)	143	(24.744)	(625.017)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	625.313	35	—	110.544	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(84.110)	178	(24.744)	(514.473)	1.156	(32.450)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	37.445	—	(155.568)	(1.427.441)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	37.445	—	(155.568)	(1.427.441)	303	96.016
Mudança no Superávit Irrecuperável	156.364	(176)	180.775	1.407.820	(1.008)	(61.792)

	30/06/2026			Consolidado		
				31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(715.003)	143	(24.744)	(629.289)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	637.244	35	—	112.777	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(77.759)	178	(24.744)	(516.512)	1.156	(32.450)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(18.849)	—	(155.568)	(1.431.347)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(18.849)	—	(155.568)	(1.431.347)	303	96.016
Mudança no Superávit Irrecuperável	208.557	176	180.775	1.419.503	1.008	(61.792)

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2026:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2026	31/12/2025
Banesprev		
Plano I	8,15	8,15
Plano II	8,27	8,45
Plano III	7,47	7,47
Plano IV	8,00	8,00
Plano V	6,11	6,35
Pré-75	6,77	7,07
Planos DCA, DAB e CACIBAN	4,78/4,50/5,31	4,78/4,50/5,31
Sanprev		
Plano I	5,27	5,27
Plano II	8,19	8,19
Plano III	7,66	7,66
Bandeprev		
Plano Básico	6,85	6,85
Plano Especial 1	5,06	5,06
Plano Especial 2	4,63	4,63
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,03	6,03

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

ABN: o plano de assistência médica tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada, era exigido vínculo de 10 anos no Banco Real e 55 anos de idade. O aposentado arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%, essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o aposentado desligado arca com 100% da mensalidade.

Circulares: Benefício vitalício para ex-funcionário do Banco Real, concedido nas mesmas condições dos funcionários ativos (mesmas coberturas e desenho de plano). Elegíveis apenas ao plano Básico (com subsídio de 90%) e Apartamento (primeiro padrão) pagando a diferença entre os planos. Ambos os planos têm coparticipação e não é permitida a inclusão de novos dependentes.

Assistência Médica Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Notas Explicativas

Diretores com Benefício Vitalício: fazem parte desse benefício ex-diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há novas inclusões, sendo 100% subsidiado pelo Banco e todos alocados na operadora SulAmerica.

Assistência Médica Fundação Sudameris: Plano de assistência médica, padrão enfermaria, oferecido aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos. Encerrado para novas adesões.

Plano de Saúde Para Sócios: Sócios do Banco Santander podem manter o plano de saúde vitalício, em caso de desligamento sem justa causa, se atenderem aos requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de Sócios no Banco Santander por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será nas mesmas regras vigentes no desligamento e o Sócio deve pagar a mensalidade via boleto. Os dependentes ativos no desligamento permanecem no plano médico, conforme política vigente e não é permitida inclusão de novos dependentes.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

c) Seguro de Vida

Seguro de Vida Circulares: concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais: concedidos aos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN, do antigo Banco Meridional, com subsídio de 50% do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.686.919)	(604.548)	(4.728.245)	(589.719)	(4.842.699)	(604.548)	(4.885.196)	(589.719)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.084.501	—	5.084.916	—	5.253.496	—	5.253.707	—
	397.582	(604.548)	356.671	(589.719)	410.797	(604.548)	368.511	(589.719)
Sendo:								
Superávit	397.582	—	356.671	—	410.797	—	368.511	—
Déficit	—	(604.548)	—	(589.719)	—	(604.548)	—	(589.719)
Valor não Reconhecido como Ativo	(397.582)	—	356.671	—	410.797	—	368.511	—
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	—	(604.548)	—	(589.719)	—	(604.548)	—	(589.719)
Contribuições Efetuadas	84.450	23.281	179.830	44.058	85.890	23.281	182.652	44.058
Receitas (Despesas) Reconhecidas	5.106	(32.211)	6.999	(60.383)	5.173	(32.211)	7.060	(60.383)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.022.907)	87.040	(1.931.858)	92.938	(1.991.130)	87.040	(1.901.575)	92.938
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	162.638	—	554.206	—	169.628	—	567.870	—

Notas Explicativas

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Cabesp
Experiência do Plano	(138.162)	(5.898)	(706.938)	(16.624)	(142.618)	(5.898)	(721.725)	(16.624)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	173.843	—	9.610	954	179.252	—	10.046	954
Mudanças em Hipóteses Demográficas	—	—	(110.310)	—	—	—	(114.165)	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	35.681	(5.898)	(807.638)	(15.670)	36.634	(5.898)	(825.844)	(15.670)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(103.086)	—	43.461	—	(104.780)	—	37.908	—
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(103.086)	—	43.461	—	(104.780)	—	37.908	—
Mudança no Superávit Irrecuperável	(22.151)	—	577.348	—	(22.904)	—	598.347	—

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2026:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2026	31/12/2025
Cabesp	9,92	10,33
ABN	7,64	7,64
Circulares	7,21	7,21
AM - Bandeprev	8,01	8,01
Diretores Vitalícios	5,97	5,97
AM - Fundação Sudameris	8,21	8,21
Plano de Saúde para Sócios	21,11	21,11
Seguro de Vida	4,60	4,60

d) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2026, são as seguintes:

Notas Explicativas

	Banco/Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de Dívida	94,6 %	94,6 %
Bens Imóveis	0,2 %	0,2 %
Outros	5,2 %	5,2 %

e) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,65% e 11,14 (1)	10,52% e 10,90 (2)	10,65 %	10,52 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,00 %	3,00 %	3,00 %	3,00 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,52 %	N/A	3,52 %	N/A
	Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%		Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%	
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	Demais planos: AT2000	AT2000	Demais planos: AT2000	AT2000

(1) Banesprev Planos II, V e Pré 75
(2) Cabesp

f) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, teriam os seguintes efeitos:

Notas Explicativas

	30/06/2026		Banco/Consolidado	
			31/12/2025	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(26.808)	(259.596)	(26.808)	(259.596)
(-)0,5%	29.147	282.241	29.147	282.241
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(57.188)	(553.699)	(57.188)	(553.699)
Aplicada (-) 2 anos	59.695	577.970	(59.695)	577.970
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	32.334	313.063	32.334	313.063
(-)0,5%	(30.085)	(291.286)	(30.085)	(291.286)

g) Remuneração com Base em Ações
O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

Programa		Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R\$	1.375.000 (1)	R\$ 1.375.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R\$	200.000 (1)	R\$ 350.000 (1)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R\$	17.465.000 (1)	R\$ 2.500.000 (1)
		01/2022 a 12/2025	2025	R\$	— (2)	R\$ 42.940 (2)
		01/2023 a 12/2026	2026	R\$	— (3)	R\$ 38.267 (3)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028	R\$	171.522 SANB11 (4)	R\$ — SANB11 (4)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		EUR 3,67	— Ações Globais (5)	— Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			385.956 Opções sobre ações Globais (5)	420.394 Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024		EUR 2,685	— Ações Globais (5)	— Ações Globais (5)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			105.534 Opções sobre ações Globais (5)	105.534 Opções sobre ações Globais (5)
		2025		EUR 3,104	— Ações Globais (6)	95.786 Ações Globais (5)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			22.989 Opções sobre ações Globais (6)	61.304 Opções sobre ações Globais (5)
		2026		EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7)	175.476 Ações Globais (5)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469 Opções sobre ações Globais (7)	472.469 Opções sobre ações Globais (5)
		2027		EUR 63,95	5.512 Ações Globais (8)	8.528 Ações Globais (5)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			55.210 Opções sobre ações Globais (8)	80.476 Opções sobre ações Globais (5)
		2028		EUR 71,42	1.279 Ações Globais (8)	1.866 Ações Globais (7) (8)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			6.729 Opções sobre ações Globais (8)	9.007 Opções sobre ações Globais (7)
		2029		EUR 54,14	5.340 Ações Globais (9)	5.340 Ações Globais (7)
		2030		EUR 61,07	5.745 Ações Globais (9)	—
12/2025, com pagamento em 2026		R\$ 28,92	52.037 SANB11	52.037 SANB11		
				R\$ 19.040.000 (1)	R\$ 4.225.000 (1)	
				223.559 SANB11 (2) (3) (4)	133.244 SANB11 (2) (3) (4)	
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2026				187.607 Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)	286.996 Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)	
				1.048.887 Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)	1.149.184 Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)	

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.

(2) Contratos finalizados, com entrega de 42.940 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.

(3) Contratos finalizados, com entrega de 29.824 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano. Foram canceladas 8.443 ações.

(4) Planos de Incentivo de Longo Prazo outorgados ao longo do período, com target em ações SANB11.

(5) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(8) Pagamento parcial do plano em espécie do valor correspondente às ações e opções que se tornaram vested.

(9) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Notas Explicativas

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de *malus* e *clawback*.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (*Dupire*), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com *vesting* de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting*, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

g.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de *vesting* na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	12.665	3.477
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.875	3.169

Notas Explicativas

5.2 Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
			30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	127.735	134.521	129.455	139.436
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	104.725	102.797	97.445	101.586

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

36. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue um modelo baseado na gestão e controle prudencial dos riscos com estruturas especializadas em cada risco, bem como uma área que realiza o gerenciamento integrado e holístico dos riscos por meio da autoavaliação do perfil de riscos e controle do Apetite de Riscos (RAS) aprovados pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:

- Todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco – (Cultura Risk Pro);
- Envolvimento da Alta Administração promovendo a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência das funções de gestão e controle de riscos;
- Abordagem abrangente para gestão e controle de riscos;
- Gestão adequada da informação de forma que seja oportuna, precisa e suficientemente detalhada.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes, inclui aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 9**).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de variações nos preços de mercado que afetem as posições detidas pela instituição, incluindo, entre outros, fatores de risco relacionados a taxas de juros, índices de preços, preços de ações, taxas de câmbio, commodities e spreads de crédito.

A gestão do risco de mercado no Banco Santander está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e baseia-se em uma estrutura de gerenciamento abrangente, que assegura a adequada identificação, mensuração, monitoramento e controle das exposições. Essa estrutura proporciona transparência ao perfil de risco da instituição, suportando a tomada de decisões pela alta administração e promovendo alinhamento com o apetite de risco definido.

A identificação, mensuração e o acompanhamento das exposições são realizados por áreas independentes das unidades de negócio, em consonância com as políticas internas e com a governança de gestão integrada de riscos. O apetite de risco de mercado é aprovado em instâncias executivas superiores e definido com base em análises quantitativas e qualitativas, que consideram, entre outros aspectos, as estratégias das carteiras, sensibilidades a fatores de risco, condições de liquidez e potenciais impactos de cenários adversos de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Risco Operacional e Controles Internos

O Banco Santander mantém estrutura de gerenciamento de risco operacional e de controles internos, observando as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e nº 4.968/2021, respectivamente, bem como as diretrizes do Comitê de Basileia e as definições corporativas do Grupo Santander. Para fins dessa estrutura, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal.

O modelo de gestão é fundamentado na metodologia *Risk and Control Self-Assessment* (RCSA) e estruturado em três linhas de governança. A primeira linha, composta pelas áreas de negócios e suporte, é responsável por identificar, avaliar, documentar e gerenciar os riscos e controles associados às suas atividades, bem como por definir e executar os respectivos planos de ação. A segunda linha, representada pela área de Risco Operacional & Controles Internos, estabelece metodologias, supervisiona sua aplicação, avalia a consistência e desafia as autoavaliações realizadas pela primeira linha, além de monitorar indicadores, eventos e perdas operacionais, acompanhar a remediação de deficiências e reportar a exposição consolidada aos fóruns de governança competentes. A Auditoria Interna, como terceira linha, realiza avaliação independente da efetividade da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

O modelo integra instrumentos de gestão como definição e acompanhamento do apetite de risco operacional, captura e análise de eventos e perdas operacionais, autoavaliação de riscos e controles (RCSA), indicadores, análise de cenários, avaliação de riscos em novos produtos, serviços e mudanças relevantes, treinamento e disseminação da cultura de riscos, controles internos e acompanhamento de planos de ação. O apetite de risco operacional é aprovado pelo Conselho de Administração e revisado periodicamente.

Adicionalmente, o Modelo de Controles Internos baseia-se na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), com foco em objetivos operacionais, de divulgação financeira e de conformidade, em alinhamento aos objetivos estratégicos do Banco. O modelo observa os requerimentos legais, regulatórios e internos aplicáveis ao Banco e às entidades do conglomerado, incluindo as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais exigências aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas a entidades reguladas, companhias abertas, listagem de valores mobiliários e reporte corporativo, quando aplicável.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem, em grande parte, da capacidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidades em competir com os concorrentes de mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção a Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, assessoramento e supervisão do Programa de Prevenção a Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil, em conformidade com os requerimentos do Grupo Santander e com as regulamentações aplicáveis no Brasil. Tem como principais pilares os programas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Antissuborno e Corrupção e Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto, em linha com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, fortalecendo a cultura de gestão de riscos por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

O Banco mantém estrutura de gerenciamento para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC), inclusive seus potenciais efeitos reputacionais, de forma integrada aos demais riscos incorridos pelo Banco. Essa estrutura busca assegurar a adequada incorporação desses fatores aos processos de tomada de decisão, contribuindo para a resiliência do modelo de negócios e para o desenvolvimento sustentável das atividades do Banco.

O gerenciamento do RSAC é orientado pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), pela Política de Gestão Integrada de Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e pelas políticas específicas aplicáveis às operações de crédito. Esses normativos estabelecem princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades para a incorporação de fatores sociais, ambientais e climáticos aos processos, produtos, serviços e ao relacionamento com clientes, fornecedores e demais partes interessadas.

No processo de concessão de crédito, a análise de RSAC é realizada com base em critérios de relevância e proporcionalidade para clientes dos segmentos SCIB, Corporate (Large e Middle) e Agronegócio que atuem em setores classificados como de especial atenção e possuam exposição ou limite de crédito igual ou superior a R\$ 10 milhões. A avaliação é conduzida por equipe especializada da área de ESCC Risk, que emite parecer técnico e atribui rating RSAC para subsidiar a decisão de crédito e o monitoramento das exposições. O processo também contempla, conforme a natureza da operação, a análise de projetos, incluindo imobiliários, garantias urbanas e rurais, operações de agronegócio e processos de aceitação de relacionamento.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, aplicados às operações de financiamento de projetos enquadradas em seu escopo, como instrumento para identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos associados a esses financiamentos. Adicionalmente, operações específicas podem ser submetidas a diligências complementares de RSAC, de acordo com critérios internos de risco.

Notas Explicativas

A estrutura de gerenciamento do RSAC está alinhada às Resoluções CMN nº 4.943/2021, nº 4.945/2021 e às demais normas aplicáveis. Informações adicionais sobre governança, estratégia, gerenciamento de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas encontram-se disponíveis no Relatório GRSAC.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (*Risk Profile Assessment*) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199/2024.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.594,4	94.548,4
Capital Principal	86.474,8	86.426,5
Capital Complementar	8.119,6	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	24.103,1	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	118.697,6	115.069,5
Risco de Crédito (1)	640.241,1	627.239,5
Risco de Mercado (2)	40.837,9	45.564,2
Risco Operacional	92.832,0	74.911,2
Total de RWA (3)	773.911,0	747.714,9
Índice de Basileia Nível I	12,22	12,64
Índice de Basileia Capital Principal	11,17	11,56
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,34	15,39

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2026.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.043)	(35.671)	(71.342)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(39)	(193)	(385)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(7.169)	(22.225)	(44.450)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.009)	(45.847)	(91.694)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.967)	(5.893)	(11.786)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(5.489)	(137.221)	(274.442)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.169)	(30.959)	(61.919)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(228)	(5.705)	(11.410)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(428)	(10.700)	(21.399)
Total (1)		(22.541)	(294.414)	(588.827)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(33.870)	(1.262.958)	(2.557.591)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(42.460)	(1.564.954)	(2.764.159)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Indices de Preços	(33.728)	(625.236)	(1.156.618)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(21.332)	(298.903)	(572.475)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.862)	(41.444)	(85.295)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papeis negociados no mercado internacional	(3.476)	(386.138)	(894.840)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	1.169	29.224	58.447
Total (1)		(137.559)	(4.150.409)	(7.972.531)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Notas Explicativas

3.1. Reestruturações Societárias

Até o semestre findo em 30 de junho de 2026, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação de Ações da Santander CTVM pela Santander DTVM

Em 30 de junho de 2026, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM") e da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), que aprovaram a incorporação das ações de emissão da Santander CTVM detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pela Santander DTVM. Com isso houve o aumento do capital social da Santander DTVM e emissão de novas ações para o Banco Santander (Brasil) S.A., totalizando o valor de R\$ 191MM.

b) Incorporação da Esfera Fidelidade pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de junho de 2026, a Esfera Fidelidade S.A. ("Esfera") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A incorporação total da Esfera não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Esfera era detida pelo Santander Brasil e, portanto, o seu valor já era refletido em conta de investimento por equivalência.

c) Santander Financiamento firma Contrato para a aquisição de 49% de participação societária na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 22 de junho de 2026, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamento"), de um lado, e Loop AC Participações Ltda. e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., de outro lado, formalizaram um contrato de compra e venda de participação societária com vistas a aquisição, pela Santander Financiamento, de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"). O grupo Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. ("Webmotors") e, com a operação, passará a deter também participação direta na companhia. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Incorporação da Santander Holding Imobiliária e Solution 4Fleet

Em 30 de abril de 2026, foi aprovada a incorporação da Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F") pela Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. ("Tools") para simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais do Santander Brasil.

e) Banco Santander firma Contrato para a aquisição de 100% de participação societária de novas SPEs

Em 08 de abril de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para a aquisição de 100% do capital social, total e votante, da BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A., BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A. e BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A., nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com o BREF III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada. As referidas sociedades são titulares dos imóveis que compõem o Campus JK, onde será desenvolvido o empreendimento imobiliário destinado à nova sede do Santander. A efetivação da operação permanece sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à verificação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a conclusão das obras e a obtenção do "Habite-se".

f) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

g) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 71.979.175 (31/12/2025 - R\$ 68.850.499) no Banco e no Consolidado.
- b) O valor total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 267.598.148 (31/12/2025 - R\$ 227.012.763) registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2026, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2025 - R\$ 9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2026, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.051 (31/12/2025 - R\$ 1.546.051).
- d) Em 30 de junho de 2026, não houve operações atividades vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.
- f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 Ano	354.960	366.739
Entre 1 a 5 Anos	855.144	912.695
Mais de 5 Anos	42.541	63.578
Total	1.252.645	1.343.012

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 287 (31/12/2025 - R\$ 488) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2026, foram no valor de R\$ 182.299 (31/12/2025 - R\$ 194.402).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	2026			Banco 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2026	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	76.142.109	-	76.142.109	68.500.890	-	68.500.890
Despesas da Intermediação Financeira	(64.478.333)	-	(64.478.333)	(59.940.070)	-	(59.940.070)
Variações Cambiais (Líquidas)	2.445.476	-	2.445.476	4.360.059	-	4.360.059
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	14.109.252	-	14.109.252	12.920.879	-	12.920.879
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(6.033.955)	(76.390)	(6.110.345)	(5.409.979)	(91.710)	(5.501.689)
Resultado Operacional	8.075.297	(76.390)	7.998.907	7.510.900	(91.710)	7.419.190
Resultado não Operacional	(9.977)	-	(9.977)	78.825	-	78.825
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.065.320	(76.390)	7.988.930	7.589.725	(91.710)	7.498.015
Imposto de Renda e Contribuição Social	420.351	-	420.351	831.611	6.150	837.761
Participações no Lucro	(1.026.521)	-	(1.026.521)	(983.907)	-	(983.907)
Lucro Líquido	7.459.150	(76.390)	7.382.760	7.437.429	(85.560)	7.351.869

Notas Explicativas

	2026			Consolidado 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2026	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	80.640.597	-	80.640.597	75.964.867	-	75.964.867
Despesas da Intermediação Financeira	(65.564.961)	-	(65.564.961)	(62.175.852)	-	(62.175.852)
Variações Cambiais (Líquidas)	2.667.239	-	2.667.239	4.600.601	-	4.600.601
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.742.875	-	17.742.875	18.389.616	-	18.389.616
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.675.204)	(118.418)	(9.793.622)	(8.141.239)	(148.382)	(8.289.621)
Resultado Operacional	8.067.671	(118.418)	7.949.253	10.248.377	(148.382)	10.099.995
Resultado não Operacional	(12.824)	-	(12.824)	100.610	-	100.610
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.054.847	(118.418)	7.936.429	10.348.987	(148.382)	10.200.605
Imposto de Renda e Contribuição Social	142.034	2.842	144.876	(1.260.976)	9.177	(1.251.799)
Participações no Lucro	(1.463.165)	-	(1.463.165)	(1.400.392)	-	(1.400.392)
Participações dos Acionistas Minoritários	(225.393)	-	(225.393)	(176.758)	-	(176.758)
Lucro Líquido	6.508.323	(115.576)	6.392.747	7.510.861	(139.205)	7.371.656

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 76.390 e R\$ 118.418 (30/06/2025 - R\$ 91.710 e R\$ 148.382) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 76.390 e R\$ 115.576 (30/06/2025 - R\$ 85.560 e R\$ 139.205).

33. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 21 de julho de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de julho de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 06 de agosto de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Incorporação da Santander Leasing pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 1º de julho de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") recebeu a homologação do Banco Central do Brasil referente à incorporação da Santander Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), conforme aprovado pelas Assembleias Gerais das duas companhias realizadas em 28 de novembro de 2025. Com a homologação pelo Banco Central do Brasil, foram atendidas todas as condições necessárias para a conclusão da operação, que passou a produzir efeitos a partir daquela data. A incorporação não resultou em aumento do capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era de sua titularidade. Dessa forma, o investimento já se encontrava integralmente reconhecido nas demonstrações financeiras do Santander Brasil pelo método da equivalência patrimonial, não havendo impacto patrimonial decorrente da incorporação.

Notas Explicativas



2T
26

Banco Santander
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Condensadas em IFRS
30 de junho de 2026

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras consolidadas condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 28 de julho de 2026.

As referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 Relatório Financeiro Intermediário. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às Demonstrações Financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração. Não há alteração de práticas e políticas aplicáveis entre as Demonstrações financeiras consolidadas condensadas e as Demonstrações que estão publicadas no site de RI, com a data base de 31 de dezembro de 2025.

c.1) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **IFRS 20 – Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios:** que estabelece requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos regulatórios decorrentes de determinados tipos de regulação tarifária. A norma tem como objetivo fornecer informações mais relevantes e comparáveis sobre os efeitos da regulação tarifária nas demonstrações financeiras das entidades sujeitas a esse ambiente regulatório. A Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessa norma.

• **Alterações à IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures:** esclarece a aplicação da opção de mensuração ao valor justo para determinados investimentos em coligadas e joint ventures por entidades elegíveis. As alterações visam promover maior consistência na aplicação da norma e reduzir divergências observadas na prática. Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessa norma.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRS, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

Notas Explicativas

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A **Nota 18.c** das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas de 30 de junho de 2026, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (Líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Obrigações para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (Líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

cambio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

c.3) Alteração na estratégia de negócios

No primeiro trimestre de 2025, o Banco Santander alterou sua forma de gerir parte da carteira de títulos públicos pré e pós-fixados, instrumentos financeiros integrantes de sua carteira denominada ALCO (assets and liability management). A nova estratégia está baseada em um perfil de investimento de longo prazo, visando garantir maior estabilidade financeira, evitando volatilidade no patrimônio líquido do Banco (inclusive para fins prudenciais). De acordo com essa estratégia, o Banco Santander possui intenção e capacidade de manter referidos títulos até seus respectivos vencimentos.

A Administração adotou a classificação contábil de Custo Amortizado (CA) para parte da carteira ALCO, a qual melhor reflete o objetivo da estratégia do modelo de negócio (nota 3.a).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **Nota 5**.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	30/06/2026
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	—	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	—	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	—	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	—	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	—	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	—	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	—	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.672	14.067.672	99,99 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	—	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	—	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	—	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Serviços de Call Center	75.050	—	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	545.236	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	—	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	—	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	610	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	—	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	—	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	43.044	—	100,00 %	100,00 %
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	—	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	—	50,00 %	50,00 %

Fundos de Investimentos Consolidados:

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (2);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (2);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Sainte Julie Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- 12305 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (2);
 - Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
 - San Preca Federal I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
 - Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
 - Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
 - Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
 - Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegocio - Fiagro - Resp Limitada; e
 - Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
- (2) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

a) Incorporação de Ações da Santander CTVM pela Santander DTVM

Em 30 de junho de 2026, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM") e da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), que aprovaram a incorporação das ações de emissão da Santander CTVM detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pela Santander DTVM. Com isso houve o aumento do capital social da Santander DTVM e emissão de novas ações para o Banco Santander (Brasil) S.A., totalizando o valor de R\$ 191MM.

b) Incorporação da Esfera Fidelidade pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de junho de 2026, a Esfera Fidelidade S.A. ("Esfera") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A incorporação total da Esfera não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Esfera era detida pelo Santander Brasil e, portanto, o seu valor já era refletido em conta de investimento por equivalência.

c) Santander Financiamento firma Contrato para a aquisição de 49% de participação societária na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 22 de junho de 2026, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamento"), de um lado, e Loop AC Participações Ltda. e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., de outro lado, formalizaram um contrato de compra e venda de participação societária com vistas a aquisição, pela Santander Financiamento, de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"). O grupo Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. ("Webmotors") e, com a operação, passará a deter também participação direta na companhia. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Incorporação da Santander Holding Imobiliária e Solution 4Fleet

Em 30 de abril de 2026, foi aprovada a incorporação da Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F") pela Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. ("Tools") para simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais do Santander Brasil.

e) Banco Santander firma Contrato para a aquisição de 100% de participação societária de novas SPEs

Em 08 de abril de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para a aquisição de 100% do capital social, total e votante, da BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A., BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A. e BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A., nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com o BREF III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada. As referidas sociedades são titulares dos imóveis que compõem o Campus JK, onde será desenvolvido o empreendimento imobiliário destinado à nova sede do Santander. A efetivação da operação permanece sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à verificação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a conclusão das obras e a obtenção do "Habite-se".

f) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

Notas Explicativas

g) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

	30/06/2026			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	101.581.383	-	90.984.456	192.565.839
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	-	-	61.588.546	61.588.546
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	61.589.309	61.589.309
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(763)	(763)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	5.290.448	-	552.895.747	558.186.195
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	5.290.448	-	590.923.883	596.214.331
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(38.028.136)	(38.028.136)
Instrumentos de dívida, líquidos	105.623.829	62.076.982	126.307.680	294.008.491
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto (2)	105.623.829	62.076.982	130.166.474	297.867.285
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(3.858.794)	(3.858.794)
Instrumentos de patrimônio	5.447.165	2.168	-	5.449.333
Derivativos	27.134.022	-	-	27.134.022
Total	245.076.847	62.079.150	831.776.429	1.138.932.426

	31/12/2025			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	89.994.937	-	91.754.315	181.749.252
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	-	-	35.947.923	35.947.923
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	35.949.344	35.949.344
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(1.421)	(1.421)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	6.413.587	-	558.134.969	564.548.556
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	6.413.587	-	591.732.899	598.146.486
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(33.597.930)	(33.597.930)
Instrumentos de dívida, líquidos	95.546.026	69.354.220	114.708.615	279.608.861
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto	95.546.026	69.354.220	116.778.171	281.678.417
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(2.069.556)	(2.069.556)
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	92.363	-	4.954.756
Derivativos	65.590.206	-	-	65.590.206
Total	262.407.149	69.446.583	800.545.822	1.132.399.554

Notas Explicativas

- (1) Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente a operações da carteira de crédito cedida é de R\$15.260 (31/12/2025 – R\$16.768).
- (2) No 2º trimestre de 2025 uma parcela de títulos da carteira ALCO, no montante equivalente a R\$ 23.190 milhões, passou a ser classificada na categoria de Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 1.c.4) gerando uma reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados impactando positivamente o patrimônio líquido em R\$ 514 milhões líquidos dos efeitos fiscais (R\$ 934 milhões bruto) na época..

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em “Outros resultados abrangentes”.

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2026 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes", sendo as movimentações ocorridas no período intermediário reconhecidas na respectiva demonstração consolidada.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida” (1) nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	40.694.182	35.668.907
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	12.347.131	16.660.974
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(11.135.145)	(13.956.309)
Variação Cambial	(18.475)	(25.389)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	41.887.693	38.348.183
Provisões para compromissos contingentes	841.534	454.770
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	42.729.227	38.802.953
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	376.207	669.077
Desconto Concedido	(2.487.983)	(1.396.261)

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em “Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros”, "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$14.458.907 e R\$17.388.158 nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, respectivamente.

Considerando o plano de atualização dos modelos de apuração da provisão para perda de valor recuperável (*impairment*), o saldo reconhecido de provisão complementar (*Post Model Adjustment*) é de R\$1.389 milhões em 30 de junho de 2026, para atender a atualização dos parâmetros macroeconômicos e outros parâmetros relevantes dos modelos de cálculo de provisão para perda de valor recuperável (*impairment*) do Banco, em conformidade com o IFRS 9, o que resultou em provisões mais elevadas, refletindo um ambiente econômico mais complexo previsto.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

significam que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	48.899.708	42.242.354
Adições	17.505.609	12.521.015
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(11.699.626)	(11.023.481)
Saldo no final do período	54.705.691	43.739.888

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	787.837	440.113
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	53.697	14.657
Saldo no final do período	841.534	454.770

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/06/2026	31/12/2025
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Technology	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núcleo S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	Benefícios	Brasil	20,00%	20,00%
Santander Auto S.A	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,66%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2026			31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (3)
Controle conjunto do Banco Santander	17.551.562	17.427.482	124.080	15.619.966	15.299.248	321.664
Banco RCI Brasil S.A.	16.401.701	16.252.119	149.582	14.406.307	14.060.196	346.111
Gestora de Inteligência de Crédito	1.149.861	1.175.363	(25.502)	1.213.660	1.239.052	(24.447)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.888.801	2.853.463	35.338	3.169.143	3.184.741	(45.238)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	2.834.672	2.788.607	46.065	2.836.231	2.797.987	8.603
Hyundai Corretora de Seguros	12.216	10.868	1.348	11.069	8.676	2.393
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (1)	41.913	53.988	(12.075)	42.093	83.032	(40.939)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A (2)	-	-	-	279.750	295.046	(15.295)
Influência Significativa do Banco Santander	11.308.797	10.763.049	545.748	11.271.921	9.932.267	1.260.785
Núcleo S.A.	2.359.245	2.088.189	271.056	2.164.151	1.524.528	633.822
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	8.332.666	8.122.331	210.335	8.419.988	7.792.935	553.985
Santander Auto S.A.	616.886	552.529	64.357	687.782	614.804	72.978
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	1.254.871	1.231.501	23.370	846.681	614.883	226.950
Webmotors S.A.	1.254.871	1.231.501	23.370	846.681	614.883	226.950
Total	33.004.031	32.275.495	728.536	30.907.711	29.031.139	1.764.161

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 30 de junho de 2026 a posição de 31 de maio de 2026.

(2) Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander deixou de exercer influência significativa sobre a empresa CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A, razão pela qual o investimento deixou de ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(3) Os saldos apresentados correspondem aos montantes apurados no exercício de 2025.

	Investimentos		Resultado	
	30/06/2026	31/12/2025	01/01 a	01/01 a
			30/06/2026	30/06/2025
Controle conjunto do Banco Santander	592.112	534.505	55.313	43.942
Banco RCI Brasil S.A.	548.210	485.793	59.670	45.124
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	-	428	25	37
Gestora de Inteligência de Crédito	43.902	48.284	(4.382)	(1.219)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	4.166	3.492	674	352
Hyundai Corretora de Seguros	4.166	3.492	674	352
Influência Significativa do Banco Santander	2.363.569	2.370.206	145.066	126.776
Núcleo S.A.	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	1.911.135	1.933.758	54.877	56.735
Santander Auto S.A.	70.857	56.745	32.179	13.531
FIDC Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema X Responsabilidade Limitada	60.645	65.269	13	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	554.446	608.891	14.907	30.353
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	261.105	250.552	10.553	762
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	-	47.321	(731)	(2.639)
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	3.816	3.946	(2.631)	(3.107)
Webmotors S.A.	289.525	307.072	7.716	35.337
Total	3.514.293	3.517.094	215.960	201.423

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025:

	01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	537.997	2.979.097	975.731	2.664.444
Ajuste ao Valor de Mercado	2.747	(40.502)	(40.324)	(60.747)
Baixas	(452)	(47.322)	—	—
Resultados equivalência patrimonial	55.986	160.704	44.294	157.129
Dividendos propostos/recebidos	—	(136.464)	(7.114)	(196.162)
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	—	2.502	(18.692)	35.567
Saldo no final do período	596.278	2.918.015	953.895	2.600.231
Total dos Investimentos		3.514.293		3.554.126

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

6. Ativo imobilizado (tangível)

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de junho de 2026 e de 2025.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	1.382.593	1.810.417	717.247	328.130	669.000	138.746	5.046.133
Adições (1)	91.400	308.656	97.119	12.079	44.569	880.429	1.434.252
Baixas	(490)	(14.737)	(102.447)	(2.173)	(23.161)	(118.362)	(261.370)
Depreciações do período	(50.779)	(233.977)	(81.580)	(38.943)	(71.954)	(4.216)	(481.449)
Transferências	(358)	60.910	-	40.323	19.360	(120.737)	(502)
SalDOS em 30 de junho de 2026	1.422.366	1.931.269	630.339	339.416	637.814	775.860	5.737.064
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	1.515.947	2.124.656	1.059.363	371.584	844.995	105.355	6.021.900
Adições	723	231.845	185.964	11.360	44.459	31.493	505.844
Baixas	(5.984)	(48.454)	(100.131)	(9.590)	(71.650)	(529)	(236.338)
Depreciações do período	(32.303)	(255.315)	(164.366)	(41.349)	(82.544)	(1.207)	(577.084)
Transferências	1.072	50.570	-	27.368	24.101	(105.712)	(2.601)
SalDOS em 30 de junho de 2025	1.479.455	2.103.302	980.830	359.373	759.361	29.400	5.711.721

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 2.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Para uma melhor apresentação, foram realocadas as categorias das diferentes classes de ativos.

b) Perdas por não recuperação

No semestre findo em 30 de junho de 2026 houve impacto de uma despesa de R\$ 6.359 de impairment (31/12/2025 – R\$20.001) e perda em função de obsolescência e descontinuidade do ativo imobilizado no montante de R\$ 11.610 (31/12/2025 - R\$268.686).

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2026 o Banco possui compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível, conforme descrevemos na nota 2"e", em 31/12/2025 R\$ 0.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (Nota 1.c.3.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (Nota 15).

Ao longo do período, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.566
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda. (Nova denominação da Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.)	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.769	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	-	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.303	21.304
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	35.483	35.483
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	-	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	3.992
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A.	27.287	27.287
Total	27.769.947	27.844.674

		Banco Comercial
		31/12/2025
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	
Taxa de Crescimento Perpétuo (1)	4,0 %	
Taxa de desconto antes de impostos (2)	18,5 %	
Taxa de desconto (2)	12,2 %	

		Em Dia	Toro Corretora
			31/12/2025
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos		5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	3,6 %		3,6 %
Taxa de desconto	13,8 %		14,5 %

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente.

Para os ágios reconhecidos sobre a aquisição do Banco Real e Olé, conforme detalhado nos quadros acima, ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de *impairment*. No período findo em 30 de junho de 2026 e exercício de 2025 não houve evidências de *impairment*. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2025 a 30/06/2026			31/12/2024 a 30/06/2025		
	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	5.277.548	104.761	5.382.309	4.828.519	105.400	4.933.919
Adições	853.084	7.628	860.712	804.157	79.486	883.643
Baixas	(7.154)	(3.914)	(11.068)	(22.707)	(25.595)	(48.302)
Transferências	1.627	(1)	1.626	6.066	7.502	13.568
Amortizações no período	(801.899)	(39.689)	(841.588)	(703.381)	(44.188)	(747.569)
Impairment no período	-	-	-	-	(18.233)	(18.233)
Saldo final	5.323.206	68.785	5.391.991	4.912.654	104.372	5.017.026
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em “Derivativos utilizados como Hedge”, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

30/06/2026			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	160.962.783	160.962.783
Depósitos de clientes	-	621.378.788	621.378.788
Obrigações por títulos e valores mobiliários	454.269	156.704.844	157.159.113
Derivativos	22.495.692	-	22.495.692
Posições vendidas	50.252.044	-	50.252.044
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	31.657.370	31.657.370
Outros passivos financeiros	-	81.085.913	81.085.913
Total	73.202.005	1.051.789.698	1.124.991.703

31/12/2025			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	146.867.521	146.867.521
Depósitos de clientes	-	593.328.796	593.328.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.263.266	156.662.290	159.925.556
Derivativos	59.827.986	-	59.827.986
Posições vendidas	49.380.059	-	49.380.059
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	28.113.937	28.113.937
Outros passivos financeiros	-	67.414.002	67.414.002
Total	112.471.311	992.386.546	1.104.857.857

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista (1)	1.295.489	1.951.466
Depósitos a prazo (2)	134.362.948	119.636.099
Operações compromissadas	25.304.345	25.279.956
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	25.304.345	25.279.956
Total	160.962.782	146.867.521

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

b.2) Depósitos de clientes

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	86.513.080	85.108.276
Contas correntes (1)	35.295.265	31.906.984
Cadernetas de poupança	51.217.815	53.201.292
Depósitos a prazo	442.546.668	431.658.793
Operações compromissadas	92.319.040	76.561.727
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados	22.464.615	18.906.726
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	69.854.425	57.655.001
Total	621.378.788	593.328.796

(1) Contas não remuneradas.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	53.857.031	53.374.694
Eurobonds	16.370.802	18.052.632
Letras financeiras (2)	42.128.363	38.233.834
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	36.624.721	38.740.151
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	6.565.428	11.524.245
Recursos de Aceites Cambiais	1.612.768	-
Total	157.159.113	159.925.556

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2036 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" no semestres findo em 30 de junho de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo no início do período	159.925.556	139.678.128
Emissões	128.660.136	315.566
Pagamentos	(131.582.471)	—
Juros	1.975.908	6.471.879
Variação cambial e outros	(1.820.016)	(593.608)
Saldo no final do período	157.159.113	145.871.965

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2026	2025
2021	2031	Até 15%	2.453.757	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.185.095	1.247.459
2023	2031	Até 15%	318.498	2.022.920
2024	2033	Até 15%	2.221.341	2.568.847
2025	2040	Até 15%	4.483.212	9.604.861
2026	2036	Até 15%	5.708.899	-
Total			16.370.802	18.052.632

(1) Inclui taxa SOFR - Secured Overnight Finance Rate.

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	5.300	CDI+2%	10.057.637	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	200	CDI+2%	379.212	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	6.000	CDI+1,6%	8.690.325	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	7.600	CDI+1,4%	7.964.974	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	2.363	CDI+0,65%	2.385.257	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	708	CDI+0,55%	734.244	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	42	IPCA+ 8%	44.751	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	abr-26	abr-36	20	CDI+0,55%	20.573	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mai-26	mai-36	706	CDI+0,6%	714.499	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	jun-26	jun-36	660	CDI+0,6%	665.898	-
Total					31.657.370	28.113.937

(1) Letras Financeiras emitidas em Novembro de 2021 à Junho de 2026 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldos no início do período	28.113.937	23.137.784
Emissão	2.137.200	-
Juros Nível I (1)	364.774	540.016
Juros Nível II (1)	7.692.296	1.121.582
Pagamento de juros - Nível I	(6.650.837)	(471.727)
Saldo no final do período	31.657.370	24.327.655

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item “Provisões” é a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares	1.013.324	1.357.203
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	12.022.495	10.447.279
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	11.029.371	9.495.060
Sendo:		
Cíveis	3.694.360	3.459.137
Trabalhistas (1)	4.780.748	3.835.099
Fiscais e Previdenciárias	2.554.263	2.200.824
Provisões para compromissos contingentes	841.534	787.837
Provisões diversas	151.094	163.886
Total	13.035.819	11.804.482

(1) No segundo trimestre, o Banco revisou a metodologia e os parâmetros utilizados na mensuração das contingências trabalhistas (massificadas). A reavaliação, adotada de forma prospectiva, reflete a melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras.

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - 172 milhões (31/12/2025 - R\$ 167 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 377 milhões (31/12/2025 - R\$ 335 milhões no Consolidado): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 10.b.4**.

PIS e COFINS - Remuneração sobre Depósitos Compulsórios – R\$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R\$ 995 milhões) no Banco e R\$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R\$ 995 milhões) no Consolidado e está integralmente provisionado. A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do PIS e da COFINS sobre a remuneração dos depósitos compulsórios realizados junto ao BACEN. Em 2024, foi proferida sentença favorável, a qual foi objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são estimadas por meio de modelo estatístico. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 37.815 milhões no Consolidado (31/12/2025 - R\$ 37.518 milhões no Consolidado), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido é de R\$ 2.437 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 12.260 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 3.767 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 6.502 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 1.190 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 2.835 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº 14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 860 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 740 milhões.

IRRF – Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 495 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.518 milhões e R\$ 2.108 milhões, respectivamente, no Consolidado.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2026			31/12/2025		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	116.388	142.349	258.737	129.745	155.583	285.328
De Domiciliados no Exterior	3.702.307	3.537.487	7.239.794	3.688.950	3.524.253	7.213.203
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(5.502)	(5.502)	(11.004)	(13.666)	(13.665)	(27.331)
Total em Circulação	3.813.193	3.674.334	7.487.527	3.805.029	3.666.171	7.471.200

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	2.000.000	254,62	280,08	534,70	210,06	231,07	441,13
Total	4.000.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026, pagos no dia 05 de maio de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

31/12/2025

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	7.620.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander possuía 370.081.724 ações ordinárias e 397.886.134 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Em Milhares de Ações			
		30/06/2026	31/12/2025
		Quantidade	Quantidade
		Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		13.666	19.451
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(8.164)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período		5.502	13.666
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	489.369	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	491.140	719.560

Custo/Cotação da Ação		Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,18	27,33
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$	30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

		01/01 a 30/06/2026
		01/01 a 30/06/2025
Resultado Operacional antes da tributação		8.104.039
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)		(3.646.818)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)		(2.387.020)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial		97.182
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)		1.088.335
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias		(16.729)
Juros sobre o capital próprio		1.800.000
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)		444.026
Outros ajustes		761.219
Impostos sobre a renda		(1.859.805)
Sendo:		
Impostos correntes		(4.524.533)
Impostos diferidos		2.664.728
Impostos pagos no período		(3.429.786)

- (1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.
- (2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.
- (3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9%, 15% e 17,5%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

15. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração direta	1.674.370	1.827.363	3.503.758	3.697.901
Encargos	434.396	420.656	817.789	856.022
Benefícios	431.339	451.145	845.566	885.037
Planos de pensão de benefício definido	1.345	1.128	2.667	2.487
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	49.088	42.305	158.846	155.200
Remuneração baseada em ações (1)	65.524	55.296	86.512	83.158
Treinamento	16.122	11.482	31.365	32.522
Outras despesas de pessoal	108.122	126.419	215.679	235.822
Total	2.780.306	2.935.794	5.662.182	5.948.149

(1) Refere-se a provisão do bônus referenciado em ações.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Imóveis, instalações e materiais	186.998	235.517	356.342	412.107
Tecnologia e sistemas	1.063.820	644.833	1.936.480	1.371.138
Publicidade	113.641	114.202	227.084	233.459
Comunicações	62.102	67.320	128.520	143.886
Ajudas de custo e despesas de viagem	52.410	49.735	105.489	104.186
Tributos exceto imposto sobre a renda	34.773	39.358	60.874	75.895
Serviços de vigilância e transporte de valores	85.094	100.754	171.302	206.726
Prêmios de seguros	6.127	7.474	11.349	13.539
Serviços técnicos especializados	366.376	685.117	868.588	1.210.377
Outras despesas administrativas	487.399	353.334	1.040.889	759.081
Total	2.458.740	2.297.644	4.906.917	4.530.394

Notas Explicativas

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a		01/01 a	
				30/06/2026		30/06/2025	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R\$	1.375.000 (1)	R\$	1.375.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R\$	200.000 (1)	R\$	350.000 (1)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R\$	17.465.000 (1)	R\$	2.500.000 (1)
		01/2022 a 12/2025	2025	R\$	— (2)	R\$	42.940 (2)
		01/2023 a 12/2026	2026	R\$	— (3)	R\$	38.267 (3)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028	R\$	171.522 SANB11 (4)	R\$	— SANB11 (4)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		EUR 3,67	— Ações Globais (5)		— Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			385.956 Opções sobre ações Globais (5)	420.394	Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024		EUR 2,685	— Ações Globais (5)		— Ações Globais (5)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			105.534 Opções sobre ações Globais (5)	105.534	Opções sobre ações Globais (5)
		2025		EUR 3,104	— Ações Globais (6)	95.786	Ações Globais (5)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			22.989 Opções sobre ações Globais (6)	61.304	Opções sobre ações Globais (5)
		2026		EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7)	175.476	Ações Globais (5)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469 Opções sobre ações Globais (7)	472.469	Opções sobre ações Globais (5)
		2027		EUR 63,95	5.512 Ações Globais (8)	8.528	Ações Globais (5)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			55.210 Opções sobre ações Globais (8)	80.476	Opções sobre ações Globais (5)
		2028		EUR 71,42	1.279 Ações Globais (8)	1.866	Ações Globais (7) (8)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			6.729 Opções sobre ações Globais (8)	9.007	Opções sobre ações Globais (7)
		2029		EUR 54,14	5.340 Ações Globais (9)	5.340	Ações Globais (7)
		2030		EUR 61,07	5.745 Ações Globais (9)	—	
		12/2025, com pagamento em 2026		R\$ 28,92	52.037 SANB11	52.037	SANB11
				R\$	19.040.000 (1)	R\$	4.225.000 (1)
					223.559 SANB11 (2) (3) (4)	133.244	SANB11 (2) (3) (4)
					187.607 Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)	286.996	Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)
					1.048.887 Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)	1.149.184	Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2026							

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (1) Target do plano em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.
- (2) Contratos finalizados, com entrega de 42.940 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
- (3) Contratos finalizados, com entrega de 29.824 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano. Foram canceladas 8.443 ações.
- (4) Planos de Incentivo de Longo Prazo outorgados ao longo do período, com target em ações SANB11.
- (5) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (8) Pagamento parcial do plano em espécie do valor correspondente às ações e opções que se tornaram vested.
- (9) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de malus e *clawback*.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (*Dupire*), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com *vesting* de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ato final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil) e	12.665	3.477
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.875	3.169

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	129.455	134.521
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	97.445	102.797

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

15. Segmentos operacionais

- De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:
- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
 - (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
 - (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos: o Banco Comercial, que inclui pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global), e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	28.796.880	3.113.387	31.910.267	27.164.420	2.596.167	29.760.587
Receitas de instrumentos de patrimônio	2.948	27.895	30.843	4.734	41.654	46.388
Resultado de equivalência patrimonial	179.280	36.680	215.960	169.646	31.777	201.423
Receitas líquidas de tarifas e comissões	7.214.865	1.060.706	8.275.571	7.404.938	1.000.977	8.405.915
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(3.560.786)	1.496.195	(2.064.591)	(1.707.218)	1.757.800	50.582
Outras receitas (despesas) operacionais	(435.897)	(53.231)	(489.128)	(255.213)	(53.446)	(308.659)
TOTAL DE RECEITAS	32.197.290	5.681.632	37.878.922	32.781.307	5.374.929	38.156.236
Despesas com pessoal	(5.047.101)	(615.081)	(5.662.182)	(5.389.266)	(558.883)	(5.948.149)
Outras despesas administrativas	(4.354.387)	(552.530)	(4.906.917)	(4.015.445)	(514.942)	(4.530.387)
Depreciação e amortização	(1.203.968)	(119.069)	(1.323.037)	(1.248.698)	(75.955)	(1.324.653)
Provisões (líquidas)	(3.433.437)	(34.960)	(3.468.397)	(2.335.371)	53.490	(2.281.881)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.825.351)	(633.556)	(14.458.907)	(17.139.144)	(249.014)	(17.388.158)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.763)	(460)	(21.223)	(177.958)	(4)	(177.962)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	65.779	—	65.779	99.750	—	99.750
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	4.378.062	3.725.976	8.104.038	2.575.175	4.029.621	6.604.796
Hedge Cambial (1)	(184.317)	—	(184.317)	—	—	—
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	4.193.745	3.725.976	7.919.721	2.575.175	4.029.621	6.604.796

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos

Outros:	30/06/2026			31/12/2025		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.204.486.157	86.072.758	1.290.558.915	1.180.389.914	89.639.551	1.270.029.465
Empréstimos e adiantamentos a clientes	485.318.875	72.867.320	558.186.195	484.676.332	79.872.224	564.548.556
Depósitos de clientes	504.478.352	116.900.436	621.378.788	475.642.024	117.686.772	593.328.796

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2026.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração Fixa	77.743	71.103
Remuneração variável - Em espécie	80.367	72.294
Remuneração variável - Em ações	68.121	62.940
Outras	60.737	55.973
Total Benefícios de Curto Prazo	286.968	262.310
Remuneração variável - Em espécie	112.715	103.952
Remuneração variável - Em ações	95.520	92.048
Total Benefícios de Longo Prazo	208.235	196.000
Total	495.203	458.310

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2026, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 23.905 (30/06/2025 - R\$ 22.377).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (5) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (6) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (7) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

						Em Milhares de Ações
						30/06/2026
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,3 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.941	0,1 %	2.941	0,1 %	5.882	0,1 %
Outros	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %
Total em Circulação	3.813.193	99,9 %	3.674.334	99,9 %	7.487.528	99,9 %
Ações em Tesouraria	5.502	0,1 %	5.502	0,2 %	11.004	0,2 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %

						Em Milhares de Ações
						31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	3.805.028	99,6 %	3.666.169	99,6 %	7.471.199	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.332	0,4 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

5 - Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	20.607.609	14.794.190	30.230.770	29.515.608	123.666	129.098	50.962.045	44.438.896
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	2.869.325	3.927.271	-	-	45.338	6.711	2.914.663	3.933.982
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	17.548.980	10.865.422	142.097	156.837	-	-	17.691.077	11.022.259
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	29.439.483	28.767.276	52.641	94.320	29.492.124	28.861.596
Outros ativos	189.304	1.497	649.190	591.495	-	-	838.494	592.992
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	(6.062.370)	(3.932.658)	(12.303.829)	(12.442.585)	(232.657)	(332.401)	(18.598.856)	(16.707.644)
Depósitos de instituições de crédito	(6.053.498)	(3.909.005)	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(7.089.083)	(4.659.780)
Depósitos de clientes	-	-	(3.358.474)	(2.623.152)	(107.718)	(72.459)	(3.466.192)	(2.695.611)
Outros passivos financeiros	-	(181)	(6.985.553)	(8.276.298)	-	-	(6.985.553)	(8.276.479)
Outras obrigações	(8.872)	(23.472)	(924.217)	(792.360)	(124.938)	(259.942)	(1.058.027)	(1.075.774)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado	1.903.161	3.258.290	(195.388)	199.313	(395)	(259.596)	1.707.378	3.198.007
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	62.910	105.113	142.497	1.763	210	3.381	205.617	110.257
Garantias e Limites	-	-	-	-	3	12	3	12
Despesas com juros e similares	(73.548)	(30.113)	(141.079)	(138.798)	(634)	(263.188)	(215.261)	(432.099)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(17.720)	(441)	669.519	612.254	-	198	651.799	612.011
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	1.953.107	3.333.457	-	23.378	26	-	1.953.133	3.356.835
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	55.508	87.730	-	-	55.508	87.730
Despesas administrativas e amortização	(21.588)	(149.726)	(921.833)	(387.014)	-	-	(943.421)	(536.740)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. No nível 2 são classificados, principalmente por Reservas no Banco Central do Brasil (Compromissadas).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, por Títulos Públicos (NTN-C).

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e *opções*), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (*opções* de taxa de câmbio, *opções* de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, alguns derivativos estruturados.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de junho de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

Notas Explicativas

	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	91.163.483	150.869.916	3.043.448	245.076.847
Instrumentos de dívida	86.090.169	18.601.470	932.190	105.623.829
Instrumentos de patrimônio	5.073.314	-	373.851	5.447.165
Derivativos	-	26.178.432	955.590	27.134.022
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4.508.631	781.817	5.290.448
Reservas no Banco Central do Brasil	-	101.581.383	-	101.581.383
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	57.742.683	225.600	4.110.867	62.079.150
Instrumentos de dívida	57.742.667	225.600	4.108.715	62.076.982
Instrumentos de patrimônio	16	-	2.152	2.168
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	-	41.989	-	41.989
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	72.032.273	1.169.732	73.202.005
Derivativos	-	21.325.960	1.169.732	22.495.692
Posições vendidas	-	50.252.044	-	50.252.044
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	454.269	-	454.269
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	-	14.753	-	14.753

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	84.368.028	174.725.164	3.313.957	262.407.149
Instrumentos de dívida	79.505.635	14.889.571	1.150.820	95.546.026
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	-	-	4.862.393
Derivativos	-	64.266.589	1.323.617	65.590.206
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.574.067	839.520	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil	-	89.994.937	-	89.994.937
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	65.444.645	-	4.001.938	69.446.583
Instrumentos de dívida	65.444.625	-	3.909.595	69.354.220
Instrumentos de patrimônio	20	-	92.343	92.363
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	-	217.492	-	217.492
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	110.545.164	1.926.147	112.471.311
Derivativos	-	57.901.839	1.926.147	59.827.986
Posições vendidas	-	49.380.059	-	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	3.263.266	-	3.263.266
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	-	184.005	-	184.005

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os semestres de 30 de junho de 2026 e de 2025 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo 31/12/2025	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2026
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.313.957	(203.246)	212.995	(280.258)	3.043.448
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	4.001.938	108.929	—	—	4.110.867
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.926.147	(255.506)	(85.769)	(415.140)	1.169.732

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Valor justo 31/12/2024	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.123.218	(284.717)	(825.923)	(3.868.243)	2.144.335
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	3.438.024	(101.325)	(108.237)	(58.356)	3.170.106
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	509.368	187.390	(305.806)	(267.576)	123.376

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de *credit default swaps* comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses *credit default swaps* refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

30/06/2026					
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades	28.089.594	28.089.594	-	28.089.594	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	61.588.546	61.588.546	-	30.689.805	30.898.741
Empréstimos e adiantamentos a clientes	552.895.747	553.196.117	-	-	553.196.117
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	126.307.680	125.063.247	63.028.071	-	62.035.176
Reservas no Banco Central do Brasil	90.984.456	90.984.456	-	90.984.456	-
Total	859.866.023	858.921.960	63.028.071	149.763.855	646.130.034

31/12/2025					
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades	20.232.729	20.232.729	-	20.232.729	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	35.947.923	35.947.923	-	20.311.427	15.636.496
Empréstimos e adiantamentos a clientes	558.134.969	558.401.338	-	-	558.401.338
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	114.708.615	114.803.683	53.703.410	2.426	61.097.847
Reservas no Banco Central do Brasil	91.754.315	91.754.315	-	91.754.315	-
Total	820.778.551	821.139.988	53.703.410	132.300.897	635.135.681

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros ao custo amortizado do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

					30/06/2026
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	160.962.783	160.962.783	-	25.304.346	135.658.437
Depósitos de clientes	621.378.788	621.378.788	-	92.319.040	529.059.748
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.704.844	153.831.847	-	-	153.831.847
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.657.370	31.657.370	-	-	31.657.370
Outros passivos financeiros	81.085.913	81.085.913	-	-	81.085.913
Total	1.051.789.698	1.048.916.701	-	117.623.386	931.293.315

					31/12/2025
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	146.867.521	146.867.521	-	25.279.956	121.587.565
Depósitos de clientes	593.328.796	593.328.796	-	76.561.726	516.767.070
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.662.290	159.163.562	-	-	159.163.562
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.113.937	-	-	28.113.937
Outros passivos financeiros	67.414.002	67.414.002	-	-	67.414.002
Total	992.386.546	994.887.818	-	101.841.682	893.046.136

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os *spreads* com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários - Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Outros passivos financeiros - conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **Nota 1.c.3.1.i**.

18. Outras Divulgações

Notas Explicativas

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor justo:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	12.845.918	12.937.649	11.595.591	11.893.221
Prêmios de Opções a Exercer	5.202.599	5.682.469	6.312.487	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	9.127.494	3.890.327	47.899.620	42.147.926
Total	27.176.011	22.510.445	65.807.698	60.011.991

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Notas Explicativas

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	981.046.973	(908.254)	(91.731)	1.091.352.145	(2.221.515)	(297.630)
Ativo	476.637.303	8.064.957	12.845.918	544.480.673	9.298.735	11.595.591
Juros	342.165.398	3.278.986	5.607.187	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	132.041.478	4.785.971	7.229.911	118.489.312	3.257.875	4.746.233
Outros	2.430.427	-	8.820	1.738.230	1.507	3.341
Passivo	504.409.670	(8.973.211)	(12.937.649)	546.871.472	(11.520.250)	(11.893.221)
Juros	460.139.210	(7.690.162)	(11.123.430)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	41.925.163	(1.280.323)	(1.290.028)	35.498.945	(1.150.742)	(1.353.372)
Outros	2.345.297	(2.726)	(524.191)	1.093.152	-	(190.402)
Opções	567.022.194	(2.772.958)	(479.869)	724.241.728	(2.364.529)	341.643
Compromissos de Compra	268.699.708	4.532.549	5.202.599	300.697.253	4.436.345	6.312.487
Opções de Compra Moeda Estrangeira	35.729.501	2.739.946	2.768.810	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.546.723	920.504	1.212.547	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	35.568.725	526.495	1.152.197	12.400.038	887.741	3.216.466
Mercado Interfinanceiro	6.637.418	268.161	434.814	5.677.984	555.307	2.287.818
Opções de Risco de Juros	28.931.307	258.334	717.383	6.722.054	332.434	928.648
Opções de Venda Outras	177.854.759	345.604	69.045	252.299.683	540.737	128.834
Mercado Interfinanceiro	516.255	58.764	62.788	204.462	113.366	74.030
Opções de Risco de Juros	177.338.504	286.840	6.257	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	298.322.486	(7.305.507)	(5.682.469)	423.544.475	(6.800.874)	(5.970.844)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	19.402.528	(950.669)	(952.684)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.903.345	(630.089)	(790.967)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	74.512.220	(4.824.498)	(3.033.702)	90.098.059	(4.452.630)	(3.443.887)
Mercado Interfinanceiro	29.768.868	(3.008.798)	(2.022.055)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Opções de Risco de Juros	44.743.352	(1.815.700)	(1.011.647)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	193.504.393	(900.251)	(905.116)	309.534.966	(1.080.632)	(1.415.493)
Mercado Interfinanceiro	1.159.455	(138.477)	(16.673)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Opções de Risco de Juros	192.344.938	(761.774)	(888.443)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	713.134.270	-	-	567.709.896	-	-
Posição Comprada	370.747.549	-	-	283.663.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	94.436.501	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-

Treasury Bonds/Notes	4.094.659	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	342.386.721	-	-	284.046.617	-	-
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	67.231.738	-	-	21.545.898	-	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.938.594	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	539.368.882	(11.089.628)	5.237.167	480.123.205	(37.395.965)	5.751.694
Compromissos de Compra	264.139.627	6.455.714	9.127.494	221.363.620	5.957.072	47.899.620
Moedas	200.937.273	5.963.316	7.913.913	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	63.202.354	492.398	1.213.581	67.098.260	338.839	39.408.926
Compromissos de Venda	275.229.255	(17.545.342)	(3.890.327)	258.759.585	(43.353.037)	(42.147.926)
Moedas	212.031.417	(17.057.460)	(3.602.292)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	63.197.838	(487.882)	(288.035)	67.267.976	(508.555)	(39.634.499)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

Notas Explicativas

										Valor Referencial
								Abertura por Vencimento	Mercado de Negociação	
				Contraparte						
				30/06/2026	31/12/2025			30/06/2026	30/06/2026	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	277.268.513	420.143.352	283.635.108	981.046.973	1.091.352.145	42.118.738	184.711.554	754.216.681	92.235.489	888.811.484
Opções	86.210.042	14.594.185	466.217.967	567.022.194	724.241.728	203.965.879	250.469.782	112.586.533	413.295.258	153.726.936
Contratos de Futuros	2.809.772	1.232.031	709.092.467	713.134.270	567.709.896	264.104.774	227.743.643	221.285.853	711.902.239	1.232.031
Contratos a Termo e Outros	108.279.310	323.491.667	107.597.905	539.368.882	480.123.205	249.094.823	166.876.210	123.397.849	40.821.414	498.547.468

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.
- (2) Inclui valores negociados na B3.
- (3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e Futuros) e que são designados a estruturas de *Hedge* Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR) e taxas pré-fixadas ; na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA). O Banco acompanha cada estrutura de *hedge* avaliando sua eficácia conforme determina o IFRS 9.

						30/06/2026
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	1.618.549	1.673.960	1.533.450	1.533.450	85.099	140.510
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023	123.291
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076	17.219
Contratos de Futuros	54.421.525	54.236.882	53.917.530	53.690.237	503.995	546.645
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359	156.439
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358	65.599
Hedge de Captações	5.379.136	4.911.185	5.053.858	4.586.578	325.278	324.607

Estratégias	31/12/2025					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Valor Justo						
Contratos de Swap	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	62.479.883	58.971.531	61.963.365	58.383.294	516.518	588.237
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.557.599	4.699.878	5.281.224	4.396.294	276.375	303.584

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Estratégias	30/06/2026			31/12/2025	
	Até 3	De 3 a	Acima de	Total	Total
	Meses	12 Meses	12 Meses		
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	1.035.320	-	498.130	1.533.450	1.664.551
Hedge de Operações de Crédito	1.035.320	-	-	1.035.320	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	498.130
Contratos de Futuros	5.341.443	17.180.425	31.168.369	53.690.237	58.383.294
Hedge de Operações de Crédito	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490
Hedge de Captações	1.381.237	225.112	2.980.229	4.586.578	4.396.294

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Estrutura de Hedge		
Hedge de Fluxo de Caixa		
CDB	55.120	(367.808)
Total	55.120	(367.808)

	30/06/2026					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Fluxo de Caixa	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Futuros	85.254.442	85.190.475	85.317.560	85.270.900	(63.118)	(80.425)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616)	(135.545)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498	55.120

	31/12/2025					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Fluxo de Caixa	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Futuros	75.691.789	76.698.781	76.258.560	76.698.781	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	6.864.200	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	69.834.581	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

	30/06/2026					
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2025	
Estratégias					Total	Total
Contratos de Futuros	8.325.000	28.034.600	48.911.300	85.270.900	77.325.400	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000	
Hedge de Captações	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400	

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

Notas Explicativas

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Valor Nominal	
	30/06/2026	31/12/2025
	Risco Transferido	Risco Transferido
	- Swap de Crédito	- Swap de Crédito
Swap de Créditos	8.479.082	7.950.397
Total	8.479.082	7.950.397

Durante o semestre não houve risco retido referente a Swap de taxa de retorno.
Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

Exposição - Brutos	30/06/2026		31/12/2025	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.513.379	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.290.954	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.203.563	7.063.913
Total	35.007.896	41.770.662

b) Limites Operacionais

Notas Explicativas

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.594,4	94.548,4
Capital Principal	86.474,8	86.426,5
Capital Complementar	8.119,6	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	24.103,1	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	118.697,6	115.069,5
Risco de Crédito (1)	640.241,1	627.239,5
Risco de Mercado (2)	40.837,9	45.564,2
Risco Operacional	92.832,0	74.911,2
Total de RWA (3)	773.911,0	747.714,9
Índice de Basileia Nível I	12,22	12,64
Índice de Basileia Capital Principal	11,17	11,56
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,34	15,39

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcum), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcum), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam o balanço patrimonial do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2026.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.043)	(35.671)	(71.342)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(39)	(193)	(385)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(7.169)	(22.225)	(44.450)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.009)	(45.847)	(91.694)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.967)	(5.893)	(11.786)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(5.489)	(137.221)	(274.442)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.169)	(30.959)	(61.919)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(228)	(5.705)	(11.410)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(428)	(10.700)	(21.399)
Total (1)		(22.541)	(294.414)	(588.827)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

- Cenário 1:** choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
- Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(33.734)	(1.258.184)	(2.547.939)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(42.460)	(1.564.954)	(2.764.159)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(33.728)	(625.236)	(1.156.618)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(21.332)	(298.903)	(572.475)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.862)	(41.444)	(85.295)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.476)	(386.138)	(894.840)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	1.169	29.224	58.447
Total (1)		(137.423)	(4.145.635)	(7.962.879)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +5% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas

d) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/06/2026	31/12/2025
Fundos administrados	267.598.148	227.012.763
Total	267.598.148	227.012.763

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 136.452.702 e R\$ 146.156.911, respectivamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

15. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 21 de julho de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de julho de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 06 de agosto de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Incorporação da Santander Leasing pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 1º de julho de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") recebeu a homologação do Banco Central do Brasil referente à incorporação da Santander Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), conforme aprovado pelas Assembleias Gerais das duas companhias realizadas em 28 de novembro de 2025.

Com a homologação pelo Banco Central do Brasil, foram atendidas todas as condições necessárias para a conclusão da operação, que passou a produzir efeitos a partir daquela data.

A incorporação não resultou em aumento do capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era de sua titularidade. Dessa forma, o investimento já se encontrava integralmente reconhecido nas demonstrações financeiras do Santander Brasil pelo método da equivalência patrimonial, não havendo impacto patrimonial decorrente da incorporação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

1. Demonstrações Financeiras Condensadas Individuais Preparadas de Acordo as com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2026
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas Preparadas de Acordo com o IAS 34

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado Consolidada

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado consolidada não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao semestre findo em 30/06/2026, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis.

Banco Santander (Brasil) S.A. – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, divulgadas no dia 29 de julho de 2026 no site eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Este arquivo contém:

Relatório da Administração;
Balanço Patrimonial Condensado;
Demonstração do Resultado;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas Explicativas;
Relatório da Auditoria Independente.

A alta administração do Santander Brasil declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos nos arquivos acima mencionados.

São Paulo, 29 de julho de 2026.

Anna Paula Dorce Armonia
Contadora
CRC Nº 1SP – 198352/9

Reginaldo Antonio Ribeiro
Diretor de Controladoria

Pedro Augusto de Melo
Coordenador do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao semestre findo em 30/06/2026, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis.

Banco Santander (Brasil) S.A. – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, divulgadas no dia 29 de julho de 2026 no site eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Este arquivo contém:

Relatório da Administração;
Balanço Patrimonial Condensado;
Demonstração do Resultado;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas Explicativas;
Relatório da Auditoria Independente.

A alta administração do Santander Brasil declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos nos arquivos acima mencionados.

São Paulo, 29 de julho de 2026.

Anna Paula Dorce Armonia
Contadora
CRC Nº 1SP – 198352/9

Reginaldo Antonio Ribeiro
Diretor de Controladoria

Pedro Augusto de Melo
Coordenador do Comitê de Auditoria